



PAULO MAIA DE ALBUQUERQUE PEREIRA NETO

**AQUISIÇÃO GLOBAL DE TERRAS E AS CRISES ALIMENTAR,
ENERGÉTICA, AMBIENTAL E FINANCEIRA**

João Pessoa

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULO MAIA DE ALBUQUERQUE PEREIRA NETO

**AQUISIÇÃO GLOBAL DE TERRAS E AS CRISES ALIMENTAR,
ENERGÉTICA, AMBIENTAL E FINANCEIRA**

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. DR. Thiago Lima

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436a Pereira Neto, Paulo Maia de Albuquerque.
AQUISIÇÃO GLOBAL DE TERRAS E AS CRISES ALIMENTAR,
ENERGÉTICA, AMBIENTAL E FINANCEIRA / Paulo Maia de
Albuquerque Pereira Neto. - João Pessoa, 2018.
65 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Aquisição de Terras. 2. Land Grabbing. 3. Crises. I.
Título

UFPB/CCSA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 8,0, o Trabalho de
Conclusão de Curso

*"Aquisição Global de Terras e a Crise Alimentar,
Energética, Ambiental e Financeira"*

Elaborado por

Paulo Maia de Albuquerque Pereira Neto

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Lima da Silva – UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Henry Iure de Paiva Silva – UFPB

Sr. Me. Atos Rabi Dias Nascimento

João Pessoa, 14 de setembro de 2018

Resumo

As crises alimentar, financeira, energética e ambiental estimularam a aquisição global de terras. Estas quatro crises têm de diversas formas impactado neste processo, a crise alimentar expandindo a demanda por alimentos e pela garantia de soberania alimentar dos países, a crise financeira ao estimular a busca por investimentos especulativos mais seguros do que os mercados financeiros, levando fundos de investimentos a adquirirem porções de terras para este fim, a crise energética ao desenvolver uma maior demanda pelos biocombustíveis e assim gerando a necessidade de mais terras para a produção das culturas para o seu desenvolvimento e a crise ambiental, que leva empresas a adquirirem terras, ou apoiarem investimentos de preservação florestal com o objetivo de reduzir os seus índices de emissão de carbono. Considerando estes acontecimentos, esta monografia analisa o impacto destas quatro crises para entender de que forma elas estimularam a aquisição global de terras, também analisa como ocorre o fenômeno da aquisição global de terras (*Land Grabbing*) a partir das suas características e consequências e são apresentados dados que comprovam o envolvimento das crises nas aquisições. Este trabalho é importante para entender como estas crises em suas diversas dimensões, acabaram por estimular este processo que afeta diretamente a vida de milhões de pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento em relação a questões sociais como a segurança alimentar.

Palavras-chave: Aquisição de Terras; Land Grabbing; Crises.

Abstract

The food, financial, energy and environmental crises stimulated the global acquisition of land. These four crises are impacted in a number of ways in this process, the food crisis by expanding the demand for food and ensuring food sovereignty of the countries, the financial crisis by stimulating the search for safer investment speculative than financial markets, taking investment funds to acquire portions of land for this purpose, the energy crisis by developing a greater demand for biofuels and thus generating the need for more land for the production of crops for their development and the environmental crisis, which leads companies to acquire land, or support forest preservation investments with the objective of reducing their carbon emission indices. Considering these events, this monograph analyzes the impact of these four crises to understand how they stimulated the global acquisition of land, also analyzes how the phenomenon of the global land acquisition (Land Grabbing) occurs from its characteristics and consequences and are presented evidence of the involvement of crises in acquisitions. This work is important to understand how these crises in their various dimensions have ultimately stimulated this process that directly affects the lives of millions of people, especially in developing countries in relation to social issues such as food security.

Keywords: Land acquisition; Land Grabbing; Crises;

Sumário

Introdução	10
1. Aquisição Global de Terras	11
1.1. Introdução	11
1.2. As Causas da Aquisição Global de Terras	12
1.3. As Crises e a Aquisição Global de Terras	14
1.4. As Consequências da Aquisição Global de Terras	16
2. A Crise Financeira	19
2.1. Introdução	19
2.2. A Crise Financeira e a Aquisição Global de Terras	20
2.3. Os Problemas da Aquisição de Terras pelo Setor Financeiro	22
2.4. Aquisições e a Crise Financeira	24
3. A Crise Ambiental	26
3.1. Introdução	26
3.2. A Questão Econômica	29
3.3. A Questão Social	30
3.4. A Questão Ambiental	31
3.5. Aquisições e a Crise Ambiental	32
4. Crise Alimentar	36
4.1. Introdução	36
4.2. Os Alimentos e a Influência dos Biocombustíveis na Crise	37
4.3. A Segurança Alimentar	39
4.4. Aquisições e a Crise Alimentar	40
5. Crise Energética	42
5.1. Introdução	42
5.2. Os Efeitos da Produção de Biocombustíveis	43
5.3. Efeitos da Expansão da Produção de Biocombustíveis	45
5.4. A Crise energética e o desvio da produção de alimentos	46
5.5. Aquisição por conta dos biocombustíveis	48
Considerações Finais	53
Referências	56

Agradecimentos

No encerramento deste ciclo de graduação, eu tenho muito a agradecer a todos aqueles que me ajudaram a chegar neste objetivo. Primeiramente eu agradeço a minha família, meus pais, Paulo e Cleuma e a minha irmã Carla. Muito obrigado pelo incentivo e por terem me dado a oportunidade de estudar em outra cidade para poder estudar aquilo que eu gosto.

Também agradeço a todos os professores do Departamento de Relações Internacionais, por serem excelentes professores e por terem se esforçado para dar a todos os alunos o melhor ensino possível. Agradeço também aos meus orientadores, Henrique Menezes no Projeto de Extensão da Agenda ODS, por ter me dado a oportunidade de poder levar um projeto acadêmico para a sociedade, Liliana Fróio, minha orientadora de pesquisa sobre a paradiplomacia, por ter me ajudado a conhecer mais sobre este tema e Thiago Lima, orientador desta monografia e também do grupo de estudos FOMERI, que me ensinou muito sobre diversos temas das relações internacionais, ministrando as melhores aulas que eu tive nos últimos anos de curso.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos da universidade, que sempre me ajudaram e me motivaram a dar continuidade ao curso mesmo nos momentos de dificuldade, bem como aos meus irmãos da Ordem DeMolay.

Lista De Tabelas

TABELA 1: O caráter, direção e orientação da mudança do uso da terra.....	16
TABELA 2: Investimentos do Setor Financeiro em Terras no ano de 2008.....	24
TABELA 3: Fundos de Investimento e o uso da terra com o carbono.....	33
TABELA 4: Valores Históricos de Transações do mercado de <i>Offsets</i> Voluntárias....	34
TABELA 5: Índice anual de preço de alimentos 2002-2013.....	41
TABELA 6: Principais Intenções nos Investimentos Transnacionais em Terras concluídos.....	47
TABELA 7: Investimentos em terras com foco em agricultura concluídos.....	48
TABELA 8: Tipos de culturas cultivadas de acordo com destino de uso.....	49
TABELA 9: Países que mais recebem investimentos em aquisições transnacionais de terras.....	50
TABELA 10: Países que mais realizam investimentos em aquisições transnacionais de terras.....	51

Lista De Abreviatura e Siglas

CDO - obrigações de dívida garantida

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

Introdução

Este trabalho tem como proposta analisar como a crise alimentar, financeira, energética e ambiental influenciaram no processo de aquisição global de terras e abordar brevemente as consequências deste processo. Como guia para esta pesquisa, temos a seguinte pergunta: como as crises alimentar, energética, climática e financeira estimularam o processo de aquisição global de terras? A dificuldade para responder a esta questão está na complexidade que é analisar quatro grandes crises, que tem uma sua própria complexidade, além da interferência que uma tem sobre a outra.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender o impacto destas crises na aquisição global de terras, e os objetivos específicos são: analisar a aquisição global de terras; analisar as crises financeira, ambiental, alimentar e energética; e apresentar dados que demonstrem a influência destas crises na aquisição global de terra. Para isto no Primeiro Capítulo será abordado o que é o processo de aquisição global de terras, como ele acontece e quais as suas consequências de modo geral, logo após, no Segundo Capítulo será feita uma análise da Crise Financeira, no Capítulo Três, uma análise da Crise Alimentar e por fim, no capítulo Quatro, é analisada a Crise Energética.

A aquisição de terras estrangeiras é um fenômeno global, que acontece a muitos séculos, mas que neste século ganhou novas características e se intensificou, onde atores econômicos de diversos setores da economia planejam adquirir terras para expandir a sua produção, como o setor alimentar, de mineração e energético. Este processo se concentra nos países do Sul, que normalmente possuem uma vasta quantidade de recursos naturais disponíveis, entretanto não possuem o capital para investir neste recurso.

Por meio do investimento privado no setor agrícola é possível levar a um aumento na produtividade e também à geração de mais empregos. Entretanto, em países mais vulneráveis onde a população não tem os seus direitos bem definidos e respeitados, este processo de investimento privado externo pode trazer riscos para estes países. Como o aumento da corrupção e a redução da segurança alimentar.

As conclusões serão obtidas a partir do entendimento da crise alimentar, financeira, energética e ambiental e da análise dos dados no Capítulo 3, para entender como as crises afetaram o processo de aquisição global de terras e também como isto afeta a vida das pessoas que são afetadas por este processo.

1. Aquisição Global de Terras

1.1. Introdução

Com o objetivo principal de produzir alimentos e de possuir o controle dos recursos naturais lá presentes, o processo de internacionalização de terras, também conhecido como *land grabbing*, trata principalmente da aquisição de terras em áreas rurais para agricultura (BARBANTI JR, 2017). Este tema ganhou muita atenção principalmente a partir de 2008 com o aumento do preço dos alimentos, ganhando um maior apelo para os acadêmicos, a mídia e os políticos (MOYO, 2010 apud MOYO; YEROS; JHA, 2012).

O *Global Land Grab*, ou aquisição global de terras, é o termo utilizado para se referir ao processo do comércio e da especulação de terras em larga escala que tem acontecido a partir das crises dos anos 2000, para a produção e a exportação de alimentos e biocombustíveis (BORRAS; FRANCO, 2012). Seguindo esta mesma visão, Olivier de Schutter, ex-Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, a aquisição de terras estrangeiras seria um movimento global onde terras aráveis de grande extensão seriam comercializadas entre governos e investidores, mesmo que a população dependente desta terra para a sua sobrevivência, não participe do processo de venda destas terras (DE SCHUTTER, 2011).

Este é um processo que tem suas raízes bem mais antigas, a primeira onda de aquisição de terras estrangeiras veio junto da expansão colonial por meio do desenvolvimento da mineração e agricultura principalmente na África Central, tendo o seu fim apenas na década de 1960 com a independência de muitos Estados (MOYO; YEROS; JHA, 2012). Os governos ou empresas adquirindo terras em outros países é um processo que já ocorre a séculos em várias partes do mundo, entretanto, desde 2006 é possível perceber algumas mudanças neste processo, como uma maior diversificação dos agentes econômicos que participam das compras e um aumento no volume e na expansão geográfica das aquisições (SASSEN, 2014). Por trás do aumento no preço dos alimentos em 2008 está também o capital financeiro e empresas relacionadas a energia e ao complexo agroindustrial, grupos que lucravam com a especulação de *commodities* e junto a isso vem o neoliberalismo implementado nos países do Sul global, onde as privatizações, a redução dos gastos do governo e a liberalização do comércio levaram à alienação de terras que afetaram a segurança alimentar global (MOYO; YEROS; JHA, 2012).

Dessa maneira, nos anos 1990 houve a segunda onda da aquisição de terras estrangeiras na África, como resultado da herança neoliberal, houve uma *commodification* da terra, onde as terras eram apropriadas para se tornar propriedade privada, sendo apoiado principalmente pelo capital estrangeiro e pelo Banco Mundial (MOYO; YEROS; JHA, 2012). Um exemplo deste processo é plano criado em 1994, chamado de Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM), como um tipo de alternativa a questão da reforma agrária através da ação direta do Estado (PEREIRA; SAUER, 2011).

1.2. As Causas da Aquisição Global de Terras

Os principais fatores que explicam a intensificação desse fenômeno da aquisição de terras estrangeiras são as crises globais presentes em quatro setores: financeiro; ambiental; energético e alimentar, essas crises contribuíram de certa forma para que o controle das terras no hemisfério sul se tornasse mais disputado entre os atores comerciais que desejem expandir a sua produção, sejam eles dos setores alimentício, petrolífero, industrial, energético, etc. (CASTELLANELLI, 2017). Com isso, dois fatores podem ajudar a explicar a expansão desse processo na última década. O primeiro fator seria o aumento da demanda de cultivos industriais, energéticos e alimentares, já o segundo fator seria o aumento da demanda pelas terras, ainda que apenas para fins especulativos (SASSEN, 2014).

Em relação a crise ambiental, as mudanças climáticas influenciam na aquisição de terras através do desmatamento e da conversão do uso dessas terras, que podem gerar uma maior emissão de dióxido de carbono, com isso, a uma tentativa de compensar essas mudanças no uso da terra com um processo chamado de dívida de carbono (FARGIONE et al., 2008) através de áreas de preservação (FAIRHEAD et al., 2012). Em relação aos biocombustíveis e a crise energética, eles eram considerados uma alternativa, para reduzir a dependência em relação aos combustíveis fósseis, além dos benefícios ambientais de redução de emissão de carbono (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015).

A Crise financeira de 2007 e 2008 levou diversos atores do mercado financeiro a investirem e especularem em terras (CLAPP, 2015). Este processo foi motivado também pelo aumento dos preços internacionais dos alimentos no mesmo período (HEADEY, 2010) levando muitos países a realizarem aquisições visando promover uma maior segurança alimentar da sua população (DE SCHUTTER, 2011).

O regime corporativo de alimentos da OMC, que vem sendo reestruturado desde os anos 1970, era dependente de um sistema contra livre comércio na agricultura para que os Estados Unidos e a União Europeia pudessem ser os “administradores” da segurança alimentar do mundo, entretanto, o processo de aquisição de terras estrangeiras tem criado obstáculos para o regime, dessa maneira, o regime tem sido reestruturado desde o advento do neoliberalismo, mas principalmente desde a crise no preço dos alimentos de 2007 e 2008, o que gerou o interesse na aquisição de terras para especulação ou para a produção de alimentos, levando ao processo de diversificação das zonas agroexportadoras incluindo as terras onde vivem os pequenos proprietários e as terras pouco protegidas, especialmente na África, além da expansão dos produtos fungíveis (MCMICHAEL, 2013). É importante destacar que nos países em desenvolvimento, as terras agrícolas costumam ser mais baratas, além de serem vastas, o que acaba motivando os países desenvolvidos a recorrerem as aquisições para produzirem seus alimentos e para atrair estes investidores, os países que recebem as aquisições costumam reduzir impostos e tarifas a fim de se destacar como uma oportunidade em meio aos outros países em desenvolvimento que também são alvos de tais investimentos (COTULA et al., 2009 apud ROBERTSON, 2010). A constante aquisição de terras estrangeiras em larga escala ajuda no desenvolvimento de um mercado global de terras, dessa maneira criando toda uma infraestrutura de serviços que trabalha para facilitar e incentivar este mercado, esta infraestrutura pode atuar para a obtenção de posse das terras ou até mesmo para conseguir a criação de leis para facilitar este processo nos outros países (SASSEN, 2014).

O fenômeno da aquisição de terras estrangeiras, pode ter o seu início explicado através de três dimensões principais, a primeira diz respeito ao aumento da demanda por matéria-prima industrial, por alimentos e por ração animal, devido ao aumento da renda e da população, a segunda se trata do aumento da demanda por biocombustíveis, devido ao aumento das políticas em alguns países nesse sentido, já a terceira e última dimensão é justamente sobre a mudança da produção das *commodities* para países que possuem uma maior disponibilidade e um menor custo da terra (BORRAS et al, 2001 apud SAUER; LEITE, 2012). Também tratando das possíveis causas da aquisição de terras estrangeiras em larga escala, Grant (2015) considera que elas podem ser explicadas pelos conflitos entre os direitos humanos, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, sabe-se que o investimento estrangeiro em terras não é uma novidade, entretanto, alguns fatores contribuíram para que houvesse um maior interesse no controle de terras agrícolas em todo o mundo, como a perda de terras por conta da urbanização e

da expansão da agricultura não alimentar, pela maior liberalização do comércio em países em desenvolvimento, pelo aumento dos preços do petróleo e pela maior especulação dos produtos agrícolas, causou um agravamento no aumento do interesse dos investidores em terras podem ser compreendidos a luz da crise de alimentos nos anos de 2007 e 2008.

No atual regime alimentar e de combustíveis, as nações do norte tem deixado de ter papel central, isso se deve ao crescimento da agro exportação nas nações do sul, ao embate entre o G-20 e as regras da OMC e a tomada de controle direto dos suprimentos agrícolas por parte de alguns países, dessa maneira, existe um movimento que tem como objetivo institucionalizar o movimento de aquisição de terras estrangeiras, o regime tem sido reorientado em quatro principais vias, a primeira é o desenvolvimento de regras para o modo como é gerida as aquisições de terras estrangeiras agricultáveis, a segunda é o incentivo a agroexportação de alimentos e combustíveis, a terceira é que as principais *commodities* atualmente em circulação tem sido múltiplo uso, podendo servir para alimentação, ração animal, alimentos processados ou até mesmo como combustíveis e a quarta e última é a junção dos recursos adquiridos junto a negociação das terras como a mão-de-obra barata, a água e a terra com as *commodities* comercializadas por um capital financeiro estatal (MCMICHAEL, 2013). A aquisição global de terras em larga escala faz com que as empresas expandam suas cadeias de suprimentos em todo o mundo (DE SCHUTTER, 2011) e não por acaso, houve um aumento no investimento estrangeiro na agricultura, passando de 600 milhões ao ano nos anos 1990, para 3 bilhões entre 2005-2007 (UNCTAD, 2009 apud DE SCHUTTER, 2011).

1.3. As Crises e a Aquisição Global de Terras

A aquisição de terras estrangeiras é vista em McMichael (2013) dentro do contexto das quatro crises (alimentar, energética, financeira e climática) como a manifestação da mudança da geopolítica do regime alimentar, do norte para o sul, e duas principais mudanças são notadas pelo autor, a primeira é o apoio dos Estados na aquisição de terras estrangeiras de modo a obter acesso seguro aos alimentos e aos biocombustíveis, a segunda mudança é o aumento dos mecanismos dos governos que possibilitam novos investimentos em terras.

A aquisição de terras em larga escala com a intenção de controlar os recursos naturais de espaços agrícolas em países em desenvolvimento pode ser realizado por conta da busca por um maior controle no abastecimento de alimentos nos países mais ricos e isto é consequência também da crise alimentar global e acaba gerando interesse até

mesmo dos países que recebem tais investimentos (ROBERTSON, 2010). Entretanto, há também um lado das aquisições, que são os fundos de investimento, que veem as aquisições de terra como uma boa maneira de proteger seus ativos, principalmente diante do contexto da crise financeira, quando os mercados não estavam oferecendo bons rendimentos e não estavam confiáveis (DE SCHUTTER, 2011), estes investimentos feitos por fundos especulativos que esperam pelo aumento do custo da terra, como poderiam fazer por qualquer outro bem (WHITE et al, 2012).

O aumento dos preços dos alimentos pode ser explicado pelo choque financeiro de Wall Street entre 2007 e 2008, por conta do colapso do mercado de ações, muitos investidores migraram para bens como a terra e produtos alimentícios, isso fez com que se desejasse o aumento da produção agrícola e junto a esse processo, ocorreu a especulação financeira em torno desses mercados, assim como governos corruptos passaram a vender as terras do seu país a preços baixos se baseando na justificativa de que seria preciso aumentar a disponibilidade de alimentos para o futuro (LIBERTI, 2013). Apesar da tentativa de se achar qual o motivo para esse aumento nos preços, culpando-se o maior do consumo de grãos na China e na Índia e até mesmo a diminuição da reserva de grãos nos países do ocidente por problemas no clima, é mostrado que os maiores culpados do aumento dos preços dos alimentos são o aumento de preços relacionados ao petróleo e substituição da produção de alimentos para a produção de biocombustíveis, sendo responsáveis por um aumento de 85% no preço dos alimentos em 2008 (GHOSH, 2008; TABB, 2008 apud MOYO; YEROS; JHA, 2012). Um dos problemas das aquisições é que de modo geral é permitido que eles exportem todo o alimento produzido naquele país (SPIELDOCH; MURPHY, 2009 apud ROBERTSON, 2010).

Outro lado do processo de aquisição global de terras em larga escala são os investimentos em áreas de terras produtivas e as transformando em áreas de preservação, isto ocorre para atender uma demanda de mercado que tem se reinventado através da acumulação e apropriação (KELLY, 2011). Este discurso é utilizado para a aquisição de terras e uso para o mercado de carbono, assim utilizando áreas de preservação para interesses comerciais (FAIRHEAD, 2012).

A segurança alimentar dos países em desenvolvimento que recebem estes investimentos pode piorar tanto pela exportação dos alimentos produzidos no país pelos estrangeiros, quanto pela expulsão dos camponeses das terras, perdendo a sua fonte de subsistência (ROBERTSON, 2010) e outro ponto negativo é que as questões relacionadas a terra costumam favorecer aqueles que adquirem a terra e com isso, prejudicando aqueles

que são menos representados, como a população mais pobre (MURRAY-LI, 2010 apud KELLY 2011).

1.4. As Consequências da Aquisição Global de Terras

Ao se discutir a aquisição global de terras é importante entender quais são as mudanças que podem ocorrer com o uso da terra nesses processos para conseguir entender quais são as consequências gerais deste fenômeno. O uso da terra atualmente tem mudado seguindo caminhos diferentes por todo o mundo, Borrás e Franco (2012) definem quatro principais tipos que representam essas mudanças, cada tipo possuindo variações dentro dela, colocando em perspectiva a análise desses quatro tipos de mudanças no uso da terra e a relação de propriedade da terra no contexto de algumas crises globais (alimentar, energética e ambiental), é feita uma análise do pior e o do melhor cenário possível que pode sair dessas combinações, sendo o melhor cenário possível garantir a segurança alimentar e a produção ecológica dos alimentos, enquanto que o pior cenário seria a incapacidade de produzir alimentos o suficiente, não conseguindo garantir um acesso democrático a eles e a incapacidade de utilizar os recursos naturais respeitando a capacidade do meio ambiente.

Tabela 1 – O caráter, direção e orientação da mudança do uso da terra

Tipo Ideal	De	Para
A	Produção de alimento	Produção de alimentos
A1	Alimento para consumo	Alimentos para troca doméstica
A2	Alimento para consumo e troca doméstica	Alimentos para exportação
A3	Alimentos para exportação, monocultura e agricultura industrial	Alimentos para consumo e trocas domésticas, policultura em pequena escala
B	Produção de alimento	Produção de biocombustíveis
B1	Alimentos para consumo, trocas domésticas	Biocombustíveis para exportação
B2a	Alimentos para consumo, trocas domésticas	Biocombustíveis para uso local e intercâmbio doméstico, mas controlados por empresas
B2b	Alimentos para consumo, trocas domésticas	Biocombustíveis para uso local e trocas domésticas, não controladas por empresas

C	Não produção de alimentos	Produção de alimentos
C1	Terras florestáveis	Alimentos para consumo, trocas domésticas
C2	Terras florestáveis	Alimentos para exportação
C3	"Marginal", terras "ociosas"	Alimentos para consumo, trocas domésticas
C4	"Marginal", terras "ociosas"	Alimentos para exportação
D	Floresta e terras marginais / ociosas	Produção de biocombustíveis
D1	Terras Florestais	Biocombustíveis para uso e troca doméstica
D2	Terras Florestais	Biocombustíveis para exportação
D3	Terrenos "marginais" e "ociosos"	Biocombustíveis para uso e troca doméstica
D4	Terrenos "marginais" e "ociosos"	Biocombustíveis para o exportação

Fonte: BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of agrarian change**, v. 12, n. 1, p. 39, 2012.

A crise alimentar de aumento do preço dos alimentos, com a busca pela segurança alimentar e a crise energética que buscou novos de energia nos anos 2000, levaram a uma expansão dos investimentos transnacionais em terras voltada para a produção de alimentos e de biocombustíveis, o continente africano se tornou muito atrativo para estes investimentos por conta do grande número de terras agrícolas disponíveis e também pela facilidade gerada pela liberalização de investimentos (NAIBEI, 2017). Entretanto, grande parte das terras adquiridas nestas negociações transnacionais são voltadas para a exportação, o que é prejudicial para a população dos países que receberam tais investimentos, acredita-se que este pode ter sido um dos fatores que agravou a crise alimentar de 2007 e 2008 na África e na Ásia especialmente, pois as pessoas em muitos países desses continentes não tem renda suficiente para adquirir os alimentos advindos do mercado mundial, portanto, este processo acaba gerando mais pobreza, além da destruição e poluição do ambiente (GRAIN, 2008).

A aquisição de terras estrangeiras se expressa de diferentes maneiras em cada parte do globo, em Constantino (2014) é discutida a relação das aquisições da América Latina com na África, pois a colheita de culturas flexíveis, que é a produção de culturas que possuem usos diversos como o de alimento e de biocombustível tem aumentado na

África em decorrência do desejo dos grandes produtores da América Latina em estender este processo para lá. Nos países em desenvolvimento, principalmente no continente africano, existe a possibilidade da posse da terra não ser formalmente das populações do campo, entretanto, elas precisam dessa terra para garantirem a sua subsistência (ROBERTSON, 2010).

Este processo de aquisição de terras estrangeiras na África inclui investimentos privados da Europa, da China, Estados Unidos, Coreia do Sul, Brasil e Golfo Pérsico (GRAIN, 2008 apud MOYO; YEROS; JHA, 2012), as terras adquiridas são principalmente as grandes terras que foram privatizadas nas décadas anteriores, que ameaçaram as terras dos camponeses, esse processo é facilitado pelas mudanças na posse da terra e como resultado das políticas neoliberais e diante desse contexto, tem se tentado justificar este processo sob a perspectiva de que se está aumentando a produtividade dessas terras, entretanto, não se dá muita atenção para as consequências disso, como a expulsão da população que vivia nesses locais e a degradação das terras (MOYO; YEROS; JHA, 2012). Este processo de expulsão causado pela aquisição de terras estrangeiras é evidenciado em Saskia Sassen (2014), a autora afirma que este processo expulsa agricultores e artesãos de suas terras e de suas comunidades rurais tirando o sustento dessa população e os forçando a buscar novas formas de sustento longe do campo ou trabalhando em situação mais vulnerável nas grandes propriedades.

As aquisições de terras em larga escala causam muitos prejuízos ambientais, sociais e políticos em nome de um desenvolvimento econômico, redução da emissão de carbono na atmosfera e da segurança energética e alimentar, entretanto, os países que recebem estes investimentos, tem grandes prejuízos a longo-prazo, que parecem não estar no interesse dos políticos destes países (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015).

2. A Crise Financeira

2.1. Introdução

A crise financeira de 2008 é considerado um pelos teóricos do Land Grabbing como uma das quatro crises que formam os pilares deste fenômeno. Esta crise foi causada principalmente pelo estouro da bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos, se espalhando pelas maiores economias do mundo e posteriormente atingindo os países emergentes. Com a crise financeira, os investidores buscaram novas formas de obter lucro no mercado financeiro e encontraram nos mercados de terras e de commodities uma boa oportunidade para especular sobre os seus preços internacionalmente. Estes mercados vinham de uma histórica desregulamentação nas últimas décadas, criando um ambiente propício para a especulação financeira.

A origem da crise financeira foi com a bolha do mercado imobiliário que teve começo no fim dos anos 1990 e teve sua aceleração na metade da década de 2000, nesta época, os Bancos e os corretores de hipotecas tentavam vender as hipotecas de qualquer maneira, pois eles recebiam dinheiro proporcional ao número de hipotecas vendidas (CROTTY, 2008).

A bolha imobiliária nos Estados Unidos teve início com o aumento da disponibilidade do crédito para hipotecas, o que levou ao aumento no preço das propriedades e a um *boom* na construção de casas (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013). Como muitas pessoas adquiriam este crédito, quando elas falharam em pagar, os credores tiveram grandes problemas, os bancos perderam muito dinheiro com os seguros ligados aos empréstimos de habitação, devido a estes acontecimentos, começou-se a sentir o perigo de uma recessão na economia (SHALA et al, 2013).

Em 2008, a crise financeira gerou uma grande incerteza no sistema bancário e nos mercados de ações pelo mundo, este foi o ano em que pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, as economias dos Estados Unidos, da Europa e do Japão entraram em recessão (SHALA et al, 2013). Em pouco tempo a crise se espalhou pelos países do ocidente e também se espalhou para outros setores da economia, os países desenvolvidos foram atingidos fortemente pela crise, enquanto nos países menos desenvolvidos os impactos da crise foram variados dependendo de como se dava a abertura econômica em cada um deles (HEADEY et al, 2009).

Com o grande volume de vendas, os bancos conseguiam muito dinheiro securitizando as hipotecas e negociando-as no mercado de capitais em alguns formatos

específicos, como o de obrigações de dívida garantida (*CDOs*) e o mercado considerava este processo de negociações seguro, pelo fato dos bancos serem os responsáveis pela maior parte das vendas (CROTTY, 2008). Os mais diversos tipos de fundos realizavam este tipo de operação, como os *hedge funds* e os fundos de pensão que são importantes atores do mercado financeiro.

2.2 A Crise Financeira e a Aquisição Global de Terras

Hedge funds, fundos de pensão, fundos mútuos, fundos de *private equity* e fundos soberanos estão entre os investidores que passaram a investir no setor agrícola com a desregulamentação desses mercados e principalmente a partir dos anos 2000, quando os investimentos em terras e em commodities agrícolas aumentaram consideravelmente (CLAPP, 2015). Estes fundos passaram a investir com mais força nos mercados agrícolas graças a crescente desregulamentação desse setor que transformou este tipo de investimento em uma opção atraente por conta da crise financeira de 2008 que levou os investidores a buscarem opções mais lucrativas para a especulação financeira.

A especulação que acontecia no mercado financeiro em 2008 pode ser considerada uma das principais causas para esta crise nos Estados Unidos (HEADEY et al, 2009). O alto retorno levou a um aumento da demanda desses produtos baseados em hipotecas e com isso os bancos e corretoras começaram a vender hipotecas até para aquelas que não possuíam garantia de que iriam pagar esta dívida, por conta disso, quando a bolha de habitação estourou e a taxa de juros subiu, aumentou o número de inadimplentes (CROTTY, 2008). A partir da análise destes fatores que são considerados causas diretas para a crise financeira, é possível destacar que houve uma falta de controle e regulação em algumas atividades realizadas pelos agentes financeiros.

Após a crise financeira de 2008 os fundos de pensão, os bancos de investimento, e os outros fundos de riqueza soberanos passaram a ter como objetivo redirecionar seus capitais dessa vez em algum ativo que fosse mais estável do que aqueles títulos financeiros como maior volatilidade e instabilidade que causaram a crise financeira global (ADBIB, 2012). Um dos destinos desses investimentos foi justamente o mercado agrícola, onde as recentes desregulamentações em alguns países criaram um ambiente de interesse desses investidores.

O aumento dos investimentos estrangeiros em terras é uma herança da agenda neoliberal dos anos 1980, quando investimento direto estrangeiro foi sendo desregulamentado em vários países, sob a ideia de que o papel do Estado nos mercados

deveria ser reduzida, esta abertura levou a ao aumento do investimento direto estrangeiro em terras, alimentos e em outras atividades agrícolas em diversas partes do mundo (CLAPP, 2015). Todo este processo antes não era viável por conta das regulamentações dos mercados ligados aos setores agrícolas que eram protegidos da especulação, estas mudanças abriram caminho para a especulação sobre as terras agricultáveis que ocorreria décadas mais tarde com a crise financeira de 2008.

Este processo de crescimento de investimento por parte de atores financeiros que passou a ocorrer na agricultura faz parte da chamada financeirização. Este fenômeno parte do considerável aumento de influência e de importância do capital financeiro tanto na economia quanto na política, isto se deve a questão do lucro ser cada vez mais adquirido por vias financeiras do que das vias produtivas (SIPPEL et al, 2016). Nos anos 2000, o termo financeirização foi utilizado para designar as questões ligadas a expansão do mercado financeiro, como o crescimento da estrutura de ações das empresas e do crescimento dos ativos financeiros (FINEx', 2012 apud DUCASTEL; ANSEEUW, 2016).

A crise financeira nos mercados de ações e de habitação em conjunto com a baixa taxa de juros real incentivou a procura por um novo direcionamento de investimentos para diferentes mercados e devido a uma diferença entre a velocidade em que se ajustavam os preços e algumas condições relacionadas a taxa de juros e a expectativa dos preços, as *commodities* atingiam preços altos (HEADEY, 2010). Devido a estes fatores, os investidores buscaram novas formas de obter lucro como por exemplo, com os alimentos e combustíveis, sendo assim, com as *commodities* (NAIBEI, 2017).

Assim como os mercados de grãos foram se tornando cada vez um espaço para especulação do mercado financeiro, o mesmo aconteceu com o mercado de terras. Como é descrito em White et al (2012), o negócio de terra em grande escala nos últimos anos tem sido em parte especulativo, isto se deve principalmente a criação de instrumentos financeiros para que o risco de investir neste mercado fosse diminuído, ao mesmo tempo em que os investidores tirariam vantagem da crença que havia de que os alimentos estariam escassos.

Não foram apenas os fundos diversos e outros atores financeiros que começaram a especular sobre a terra, este movimento também tem participação de atores que já concentravam seus investimentos principalmente nas atividade agrícolas. Como é destacado por Isakson (2013), os atores financeiros buscaram formas de obter lucros com as atividades relacionadas a agricultura e aos alimentos, sendo que ao mesmo tempo, os

atores mais tradicionais do setor de agroalimentar passaram a seguir os caminhos do mercado financeiro, este é um movimento que vai desde a aquisição das terras agricultáveis até a venda dos alimentos no setor varejista.

Diversos fundos especulam sobre o comércio de terras em larga escala, como os *hedge funds* e fundos soberanos, o que eles costumam fazer neste mercado é uma espécie de aposta sobre o valor da terra, na expectativa de que ele irá aumentar e dessa maneira obter lucro com esta diferença (WHITE et al, 2012). Naturalmente, as terras não costumam se valorizar por si só, para que se valorize a capacidade produtiva da terra teria que ser aumentada, porém devido as crises financeiras e alimentares as terras agrícolas se tornaram um negócio atrativo para estes investidores que podia utilizar a terra tanto para a produção de alimentos, de combustíveis ou simplesmente como forma de obter lucro. (GRAIN, 2008). A variedade de investimentos que podem ser feitos em uma terra produtiva ajuda a atrair mais investidores sabendo que a tendência é por um aumento do preço da terra e que enquanto ela não se valoriza o suficiente, é possível aumentar a produtividade dela plantando grãos e assim produzindo alimentos ou biocombustíveis, dessa maneira, lucrando o máximo possível com estas terras.

2.3. Os Problemas da Aquisição de Terras pelo Setor Financeiro

Estes especuladores não estão necessariamente interessados na terra em si, eles querem um produto que possa ter seu valor especulado e dessa maneira obter lucro. Como é dito em White et al (2012) os especuladores colocam seus investimentos na terra, como poderiam colocar em outras coisas, como em obras de arte, ações de petróleo ou em ouro, ou seja, o interesse deles é principalmente obter o lucro e nem sempre tem o interesse de fazer uso da terra para produção de alimentos.

Um dos principais discursos visando justificar a aquisição de terras em larga escalas é o de que é preciso aumentar a produtividade das terras para que não falte alimento, um fator que incentiva este fenômeno é que em lugares do mundo onde os alimentos são caros, os preços das terras costumam ser baixos, isto atrai os investidores que veem neste contexto uma boa oportunidade de obter lucro (GRAIN, 2008). Dessa maneira, foram aumentando os investimentos na agricultura e nos alimentos por parte de instituições financeiras que contam com a valorização das commodities a partir do aumento da demanda pelos produtos com o aumento da população mundial, justificativa da crise alimentar (CLAPP, 2015).

Estas duas crises, a financeira e a alimentar fizeram com que o controle da terra se tornasse um excelente caminho para os investidores privados em busca de lucro, estes investidores normalmente fazem parte do setor financeiro buscando aproveitar esta oportunidade de negócio que não está muito ligada ao desejo de trabalhar a terra com o fim de plantar e sim com o objetivo de especular o seu preço e dessa maneira obter os ganhos (GRAIN, 2008).

Entretanto, existem algumas controvérsias em relação ao processo como a aquisição de terras ocorre e esses problemas podem estar ligados a falta de regulações que proteja o receptor do investimento. Há um desequilíbrio entre os investidores e aqueles que recebem os investimentos na agricultura, isto ocorre devido as regulações voltadas para os investimentos em terras, tornando os negócios mais atrativos para o investidor e jogando boa parte dos riscos para quem recebe os investimentos, sejam eles governos ou comunidades (WHITE et al, 2012).

A especulação financeira relacionada aos mercados agrícolas não é um fenômeno que se iniciou com o recente processo de Land Grabbing, é um processo histórico que após a crise financeira de 2008 cresceu consideravelmente e se expandiu para as terras agricultáveis. Durante boa parte do século XX, esses mercados de *commodities* agrícolas foram bastante regulados nos Estados Unidos como tentativa de fugir das especulações financeiras desenfreadas e assim evitar que houvessem grandes variações nos preços e principalmente a partir dos anos 1980, quando houve uma grande adesão de países as políticas neoliberais, a participação dos atores financeiros no setor agrícola aumentou, essas políticas promoveram uma gradual desregulamentação dos mercados financeiros (CLAPP, 2015).

Após a crise de 2008, grandes instituições financeiras, como o Banco Europeu de Reconstrução de Desenvolvimento, e o Banco Mundial, incentivaram governos a flexibilizarem a legislação de propriedade da terra em seus países para que os atores do mercado financeiro tivessem acesso a elas (GRAIN, 2008). A lógica da necessidade do aumento na produção de alimentos e a disponibilidade de terra barata, transformam a terra em um meio para a obtenção do lucro.

Este processo se deu por conta das mudanças dos 1980 que acabaram por promover a financeirização do setor de alimentos, tornando agora mais frequente a participação de investidores nos mercados agrícolas. Isto se deveu a crescente importância dos atores e dos mercados financeiros na maneira como é estruturado as relações agrícolas ligadas a terra e ao alimento, por conta de alterações nas regulações,

houve um aumento na participação dos investimentos financeiros destinados a agricultura e ligados as commodities e a participação em empresas do setor (CLAPP, 2015).

Há também aqueles investimentos não especulativos na aquisição de terra em grande escala por parte de grandes corporações com o interesse de desenvolver a produção agrícola, ou algum tipo de extração, desta maneira, utilizando a terra de forma produtiva (WHITE et al, 2012). Ainda assim, os investimentos especulativos sobre o valor da terra ainda são predominantes no que se refere ao fenômeno da aquisição de terras estrangeiras em grande escala, mas é importante entender que esta não é a única forma de que o Land Grabbing se manifesta.

Os investimentos internacionais privados são uma alternativa atraente para prover a tecnologia necessária com o objetivo de se usar toda a capacidade de uma terra, algo que normalmente não é possível apenas com os recursos disponíveis no país (HALLAM, 2011). Entretanto, os custos desses investimentos são enormes, pois ao precificar um processo biofísico, como no caso os recursos naturais, acaba-se omitindo todas as relações ecológicas e sociais presentes no contexto destes investimentos, de maneira que o lucro acaba não mostrando os problemas ecológicos e sociais causados (MCMICHAEL, 2010). Portanto, esta crescente onda de investimentos financeiros em terras e em commodities pode acabar gerando muitos efeitos negativos, ainda assim é difícil haver um controle para que esses resultados negativos sejam evitados enquanto os resultados positivos acontecem (CLAPP, 2015).

2.4. Aquisições e a Crise Financeira

O relatório de *OECD* (2010), que realizou uma pesquisa com 25 grandes fundos de investimento de todo o mundo, demonstra que os fundos de investimento haviam aumentado a participação no mercado de terras pelo mundo e a maioria das firmas pesquisadas estavam aumentando o capital de investimento e o relatório também aponta que o principal motivador para este tipo de investimentos são os retornos consistentes dos investimentos na agricultura (OECD, 2010). Segundo o relatório do Grain (2008), o setor privado foi atraído pelo negócio de terras com a crise financeira de 2008, como é descrito em alguns casos na tabela 2.

Tabela 2 – Investimentos do Setor Financeiro em Terras no ano de 2008

Nome do Grupo	Tipo	País de origem	País de destino	Investimento
<i>BlackRock Inc</i>	<i>Hedge Found</i>	Estados Unidos	--	U\$ 30 Milhões

<i>Morgan Stanley</i>	<i>Investment Bank</i>	Estados Unidos	Ucrânia	40 mil hectares
<i>Renaissance Capitol</i>	<i>Investment house</i>	Rússia	Ucrânia	300 mil hectares
<i>Black Earth Farming</i>	<i>Investment group</i>	Suécia	Rússia	331 mil hectares
<i>Alpcot-Agro</i>	<i>Investment firm</i>	Suécia	Rússia	128 mil hectares
<i>Landkom</i>	<i>Investment group</i>	Reino Unido	Ucrânia	100 mil hectares

Fonte: GRAIN, 2008. Seized: The 2008 landgrab for food and financial security. Acesso dia 24/08/2018, disponível em: www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>.

3. A Crise Ambiental

3.1. Introdução

As mudanças climáticas têm uma grande influência no atual fenômeno de compra de terras em grande escala, isto se deve aos efeitos diretos na agricultura e também as posições políticas dos governos (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). O Land Grabbing também influencia as mudanças climáticas, por conta do desmatamento e da conversão do uso dessas terras, que podem gerar uma maior emissão de dióxido de carbono, existe a tentativa de tentar compensar essas mudanças no uso da terra que são chamadas de dívida de carbono que tentam ser pagas com o uso de biocombustíveis (FARGIONE et al., 2008). A mudança do uso da terra consiste na alteração daquelas terras onde se plantavam alimentos e eram usados como pastos, que passam a plantar para a produção de biocombustíveis, transferindo as pastagens para onde eram florestas e que agora estão desmatadas, também dificultando o rastreamento do quanto o Land Grabbing influencia neste processo (HERMELE, 2014 apud DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). Essas conversões na terra acabam aumentando a emissão de dióxido de carbono também pelas mudanças das plantações em sistemas naturais para grandes plantações (FARGIONE et al., 2008).

A crise ambiental está relacionada ao efeito estufa e a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, esta preocupação acaba levando ao fenômeno da aquisição de terras com interesses ambientais. Este processo costuma ocorrer de duas maneiras (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). A primeira está relacionada aos mercados de crédito de carbono, onde os países adquirem terras em países menos desenvolvidos como um bom caminho para de reduzir as suas obrigações com a preservação ambiental (MEYFROIDT; LAMBIN; ERB; HERTEL, 2013). A segunda está ligada a demanda por biocombustíveis (FARGIONE; HILL; TILMAN; POLASKY; HAWTHORNE, 2008).

Dentro do mercado de crédito de carbono, é possível para uma empresa emitir um maior volume de gases do efeito estufa, desde que ela invista em projetos de redução de carbono em qualquer parte do mundo, caracterizando dessa maneira como uma compensação (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). O processo da venda e da apropriação da terra nos mercados de crédito de carbono, ou para outros fins ambientais, é chamada de *green grabbing*, um processo onde os investidores adquirem grandes porções de terras sem necessariamente ter um interesse em segurança alimentar ou na

eficiência do uso da terra, mas com a intenção de reduzir a pressão sobre as florestas (FAIRHEAD et al., 2012).

As funções de uma floresta não se resume a ser uma fonte de carbono para o mundo, elas são também essenciais para as condições climáticas da região onde se encontra (SEO, RODRIGUEZ, 2012). A compra e venda dos créditos de carbono podem ter consequências para a natureza que nem sempre são medidas e é importante evitar que elas aconteçam, mesmo diante das dificuldades de desenvolver regulamentos específicos para estes casos (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015).

Por conta do interesse em se reduzir a emissão de dióxido de carbono pelas atividades humanas, em todo o mundo houve uma procura em fontes alternativas de energia menos poluentes, como por exemplo, os biocombustíveis (SEO, RODRIGUEZ, 2012). Este processo traz dentro dele um maior interesse em adquirir terras para expandir as plantações que vão alimentar a demanda por esses novos combustíveis.

O incentivo a produção e o uso dos biocombustíveis, tinha entre outros objetivos, atenuar as consequências das mudanças climáticas (HUANG; VON LAMPE; VAN TONGEREN, 2011). Isto ocorreu por conta do interesse em se reduzir a emissão de dióxido de carbono pelas atividades humanas, em todo o mundo houve uma procura em fontes alternativas de energia menos poluentes, como por exemplo, os biocombustíveis, o aumento da consciência global em relação as mudanças climáticas, levando a um interesse cada vez mais “verde”, que está relacionado aos biocombustíveis e foram responsáveis pelo aumento dos investimentos na terra (SEO, RODRIGUEZ, 2012). Este processo traz dentro dele um maior interesse em adquirir terras para expandir as plantações que vão alimentar a demanda por esses novos combustíveis. A aquisição de terras em larga escala nestes casos não tem um fim exclusivo comercial, tem como objetivo uma agricultura mais eficiente que pode tirar um pouco a pressão ambiental, como por exemplo, as plantações de óleo de palma que levam ao desenvolvimento de um combustível neutro em carbono (FAIRHEAD, 2012). Entretanto, não necessariamente a produção de biocombustíveis é limpa, bem como os produtores dessas culturas possuem diversos interesses de ganhos que vão além dos benefícios ambientais.

As mudanças climáticas influenciam a aquisição de terras devido aos impactos causados na produção agrícola e através de *land-intensive programs*, que buscam uma grande produção agrícola nas terras usadas, entretanto, o processo de Land Grabbing preocupa por ter o potencial de causar impactos sociais e ambientais (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). Estes impactos sociais e ambientais ligados a aquisição de

terra em larga escala se devem as mudanças do uso da terra e os efeitos que causam na população local.

A declaração de Tirana da *International Land Coalition* (2011), uma coalizão internacional de organizações ligadas a agricultura, aponta que o fenômeno da aquisição de terras em larga escala gera uma competição desigual pelos recursos naturais de um local, concentrando-os nas mãos de poucos atores enquanto deixam os mais pobres com pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que esses recursos estão ameaçados por fatores econômicos, sociais e ambientais. Para a conservação ambiental, existem desafios políticos, sociais e ecológicos, pois é preciso garantir a segurança alimentar aumentando a produção na agricultura sem que ocorra uma expansão agrícola e combater as mudanças climáticas preservando ecossistemas (RUDEL; MEYFROIDT, 2013).

As grandes corporações se utilizam do discurso de preservação e de sequestro de carbono para os seus interesses comerciais, entretanto, o processo de aquisição de terras não envolve apenas o controle do terreno, entram também questões de mudanças no gerenciamento dos recursos, relações de trabalho que podem ter grande influência nas questões alimentares, causando os mesmos problemas que outro tipo de aquisição de terras em grande escala causam (FAIRHEAD, 2012). A aquisição de terras com objetivo de preservação é uma maneira que alguns países buscam para se tornarem mais resistentes diante das mudanças climáticas, pois possuir terras em diversas partes do planeta, torna mais difícil que todos esses ecossistemas sejam afetados catastróficamente a mudanças climáticas que podem prejudicar os interesses agrícolas deste país (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015).

A *commodification* da natureza já é um processo comum, onde diversos ecossistemas são comercializados com o objetivo de conservação e de sustentabilidade, mas podendo ser utilizados para fins especulativos, investimentos futuros ou imediatos (FAIRHEAD, 2012). A conservação ambiental pode, por exemplo, gerar benefícios econômicos ao transformar espaços e recursos ambientais em commodities, este processo ocorre através de patentes genéticas, comercialização de matéria-prima e turismo ecológico (KELLY, 2011).

A aquisição de terras com o objetivo de preservação pode causar problemas e contradições entre os investidores que adquiriram a terra e a população do local juntamente com o ecossistema que pode ser prejudicada com este processo (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). As leis que protegem áreas ambientais preservadas, prejudicam as pessoas mais pobre do meio rural, que antes viviam da coleta e da caça e

passam a precisar do trabalho assalariado nas plantações ou em indústrias para sua sobrevivência (KELLY, 2011).

Dessa maneira, os prejuízos ambientais causados pelos grandes investidores da agricultura poderiam ser evitados se essas terras se mantivessem sobre o controle do pequeno produtor. Nas pequenas propriedades podem administrar melhor os recursos naturais e da terra do que as grandes propriedades, pois os pequenos de modo geral têm um interesse sustentável na sua propriedade ao preservar a biodiversidade do local com árvores e pouca degradação do meio ambiente, enquanto os grandes tendem a um estilo mais industrial de monocultura sem a presença de animais selvagens e árvores (ROSSET, 2011).

3.2. A Questão Econômica

Fatores ecológicos são tratados como serviços e como produtos, podendo ser comercializados, dessa maneira, é observado o potencial de uma floresta, como a absorção solar, água, e solo para a produção de biocombustíveis e a biodiversidade como o caminho para financiamento para conservação da área, transformando o meio ambiente em ativos de negócios a partir dos serviços que dispõe (FAIRHEAD, 2012). Este processo de comercialização dos recursos naturais pode tanto ser um problema para as florestas, como por exemplo o desmatamento, assim como pode ajudar a desenvolver serviços como o do ecoturismo.

Os efeitos advindo do uso da terra e a liberação de carbono na atmosfera não são observados de maneira direta, normalmente são modelos ambientais e econômicos que apontam estes problemas, como fatores de emissão e elasticidade de preços (GOHIN, 2015). Além disso, a disponibilidade, o acesso, o consumo e a estabilidade dos preços dos alimentos estão ligadas as consequências das mudanças climáticas, pois todos esses elementos estão ligados a produtividade da terra, que por sua vez, sofre com mudanças no clima, que podem ter como tendência deixar a terra mais seca devido ao menor volume de chuvas, o que afeta diretamente na produtividade do solo e conseqüentemente a oferta de alimentos (SEO, RODRIGUEZ, 2012).

As mudanças climáticas influenciam a produtividade da agricultura, desta maneira, afetando a oferta desses produtos (HUANG; VON LAMPE; VAN TONGEREN, 2011). A aquisição de terras em larga escala pode ajuda no controle sobre o preço dos alimentos dado o efeito que o comércio sobre das incertezas climáticas (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). Isto ocorre por conta da crescente demanda por

alimentos que pode gerar um aumento nos preços dos alimentos caso aconteça algum problema com a oferta desses produtos que podem ser afetados pelas mudanças climáticas.

A preservação ambiental reproduz condições económicas clássicas, como por exemplo, os custos de oportunidade, pois a reparação ambiental vai ser realizada onde foi mais barato ou simplesmente mais vantajoso, essa ideia do reparo dos ecossistemas tem criado uma nova economia política de terra, este discurso tem incentivado as apropriações de terras para fins “verdes”, um fenómeno que acontece por meio dos mecanismos legais de aquisição de terras, mas que pode trazer muitos problemas do ponto de vista da preservação ambiental (FAIRHEAD, 2012). Pois as terras adquiridas podem sofrer uma mudança em seu uso, de mata nativa, ou da pequena propriedade sustentável, para a plantação de biocombustíveis, embora ajude a reduzir a emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

3.3. A Questão Social

A população rural foi colocada em posição de vulnerabilidade, mesmo que este processo ocorra de forma diferente em cada lugar, as terras e os recursos normalmente ficam a mercê da apropriação por parte de investidores com interesses ligados aos ambientais (FAIRHEAD, 2012). Isto ocorre principalmente no Sul Global, que já sofre com a escassez de alimentos e possuem uma maior vulnerabilidade as mudanças climáticas do que o Norte, isto se deve muito a relação entre a segurança alimentar, as mudanças climáticas e ao processo de aquisição de terras que afetam a população desta região do Globo (SEO, RODRIGUEZ, 2012).

A aquisição de terras em grande escala com fins ambientais é um fenómeno cada vez mais importante, uma vez que retira propriedade e os direitos de acesso e controle dos seus recursos de todos, inclusive os mais pobres, entregando para aqueles que possuem mais poder económico e dessa maneira gerando uma maior acumulação de capital baseada neste processo de apropriação (FAIRHEAD, 2012). Até o ano de 2015, não foi adotada pela comunidade internacional uma política que regule as aquisições de terra em larga escala de modo e não permitir que este processo cause danos ambientais, afete a população rural dessa terra e a perda da segurança alimentar por parte das populações locais (DAVIS; RULLI; D’ODORICO, 2015).

As pequenas propriedades tendem a preservar mais a biodiversidade, ao permitir que diversas espécies convivam num ambiente com áreas de florestas, pequena criação

gados de onde potencialmente podem ser retirados alimentos para subsistência e ainda existe uma tendência a manutenção deste contexto a longo prazo, devido a característica familiar da propriedade que tende a ter mais interesse em manter o cenário do que buscar investimentos, dentro de uma discussão de preservação, as pequenas propriedades fazem isso bem melhor do que as grandes (ROSSET, 2011). Do ponto de vista social, estes fatores demonstram que a pequena propriedade acaba sendo um caminho importante do ponto de vista da preservação ambiental.

3.4. A Questão Ambiental

As mudanças climáticas afetam a segurança alimentar ao gerar eventos relacionados ao clima mais intensos, como secas e inundações que trazem duras consequências para a produção de alimentos (SEO, RODRIGUEZ, 2012). E as aquisições de terra em larga escala normalmente tem como objetivo a segurança alimentar e energética, aumentando a produtividade da terra ou reduzindo a emissão de gases do efeito estufa, entretanto, este processo traz consigo consequências ambientais, sociais e políticas (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015).

A produção agrícola é afetada de diversas formas pelas mudanças climáticas, ela pode causar a segurança alimentar ao modificar a quantidade de chuva ou a temperatura em determinada região, dessa maneira, a falta de alimentos leva a um aumento nas aquisições de terras em larga escala (SEO, RODRIGUEZ, 2012). Esta lógica demonstra o quanto estes fatores estão interligados e que o acontecimento de um, acaba levando ao de outro.

Em relação a emissão de gases com efeito estufa, ela está concentrada não apenas na queima de combustíveis fósseis, mas também no uso da terra, este último ocorre quando o aumento da produtividade de uma terra não é feita de modo sustentável, o que acaba por aumentar o risco de mudança climática em todo o mundo (HARVEY; PILGRIM, 2010). Essa alteração no uso da terra pode contribuir para as mudanças climáticas. Este processo se deve a questões químicas e físicas relacionadas a absorção de calor de um solo desmatado (HUANG; VON LAMPE; VAN TONGEREN, 2011). Dessa maneira, as atividades humanas podem ter um efeito negativo sobre o efeito estufa, como o desmatamento para o desenvolvimento de plantações e a queima de combustíveis, o desmatamento, por exemplo, prejudica a redução dos gases do efeito estufa a partir da fotossíntese (SEO, RODRIGUEZ, 2012).

A economia global tenta cada vez mais tornar a natureza uma importante fonte de lucro, no século XX, havia a valorização da natureza pelo que ela produzia, o uso sustentável de seus recursos, neste século, o que ocorre é a chamada economia de reparo (FAIRHEAD, 2012). Há uma busca para minimizar os problemas que podem ser causados pelas mudanças climáticas, como a aquisição de terras para a produção de biocombustíveis ou para preservação ambiental e dessa maneira reduzir a emissão dos gases do efeito estufa.

A aquisição de terras em larga escala pode afetar a resistência da população de um país em relação as mudanças climática, comprar terra em outro país visando a agricultura, pode trazer a esta nação, uma maior resiliência aos efeitos climáticos (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015). Pois ao produzir alimentos e outros grãos em outro território, pode garantir o fornecimento de alimento internamente caso as plantações locais sofram com os efeitos das mudanças climáticas

Ao mesmo tempo, a produtividade agrícola precisa ser aumentada, entretanto, as mudanças climáticas e o esgotamento de recursos do solo e da água, são um grande obstáculo (HUANG; VON LAMPE; VAN TONGEREN, 2011). Sendo que é nas pequenas propriedades, a agricultura tende a ser feita de modo sustentável e também mais resistente a mudanças no clima (ROSSET, 2011).

3.5. Aquisições e a Crise Ambiental

A crise ambiental, representada principalmente pelos créditos de carbono, países adquirindo terras em outros menos desenvolvidos visando reduzir as obrigações ambientais através da compensação da emissão de carbono na atmosfera através de plantações e áreas de preservação, quando se discute aquisições de terra em larga escala (FARGIONE et al., 2008). É importante notar que as empresas realizam este processo não apenas por interesse ambientais, mas também comerciais, que podem levar a problemas na aquisição de terra, como segurança alimentar, mudança do uso da terra, questões relacionadas a emprego, que vão além da aquisição da terra (FAIRHEAD, 2012).

Um caso capaz de ilustrar este caso é o de Moçambique, onde uma empresa de capital britânico negociava um arrendamento de 15 milhões de hectares com o governo do país, o objetivo da aquisição era o cultivo de árvores para estoque de carbono e assim comercializa-las no mercado de carbono (NHANTUMBO 2011 apud FAIRHEAD, 2012). Este processo caracteriza o chamado *Green Grabbing*, que é caracterizado pela aquisição de terra apenas com o objetivo de colocá-la no mercado de crédito de carbono,

sem compromisso com outras questões, como a segurança alimentar (FAIRHEAD, 2012). A principal vantagem para as empresas entrarem no mercado de crédito de carbono é que elas podem compensar a emissão de CO₂ na atmosfera investindo em projetos de redução de emissão de carbono em qualquer lugar do mundo (DAVIS; RULLI; D'ODORICO, 2015).

Algumas grandes plantações existentes em Moçambique buscaram classificar suas terras como *carbon sinks* ou seja estas terras poderiam ser adquiridas por países desenvolvidos como uma forma de ganhar créditos de carbono e assim reduzir a sua emissão global de carbono através das árvores plantadas, entretanto isto causa alguns problemas para as populações mais pobres que vivem próximas a essas áreas, pois estas terras se tornam inacessíveis para eles poderem produzir alimentos, terras essas que muitas vezes eram utilizadas por gerações de moradores locais, podendo impactar na segurança alimentar deles (NHANTUMBO, 2011). Entretanto, a vende-se também o lado benéfico deste tipo de prática de reflorestamento, que consiste em plantar árvores em terras que antes tinham um uso diferente, pelas árvores reterem o CO₂ e também por conta dos possíveis benefícios que os projetos de reflorestamento trazem, como aumento de empregos e da biodiversidade (GOLD STANDARD, 2017).

A tabela 3 demonstra alguns exemplos de investimentos realizados por fundos em aquisição de terras voltada para o crédito de carbono, como o *Althelia Climate Fund*, projeto de 2011 do *Althelia Ecosphere*, que pretendia gerir 325 milhões de dólares em crédito de carbono, serviços ecossistêmicos e *commodities* sustentáveis e era direcionado para o mercado voluntário (CARBON FINANCE, 2012).

Tabela 3 – Fundos de Investimento e o uso da terra com o carbono

	Administrador	Estratégia de Investimento	Mercado de carbono direcionado
<i>Althelia Climate Fund</i> (2011) US\$ 325 milhões	<i>Althelia Ecosphere</i>	Ativos: créditos de carbono, commodities sustentáveis e pagamentos por serviços ecossistêmicos. Rendimento orientado: créditos de monetização e entrega.	Voluntário
<i>Carbon Fund for Forests</i> (2011) US\$ 132 milhões	<i>CDC Climat Asset Management</i>	Ativos: créditos de carbono. Rendimento orientado: monetização.	<i>Compliance:</i> América do Norte Voluntário. <i>Pre-compliance:</i> Pós-Kyoto, bilateral

<i>FCPF Carbon Fund</i> (2011) US\$ 215 milhões	<i>World Bank</i>	Ativos: reduções de emissões, com o potencial de se tornarem créditos. Não orientado para rendimento: Distribuição.	Voluntário. <i>Pre-compliance:</i> Pós-Kyoto, bilateral
<i>Terra Bella Fund</i> (2011) US\$ 150 milhões	<i>Terra global investment Management</i>	Ativos: créditos de carbono, acionados por rendimento acionário: monetização, dividendos.	Voluntário. <i>Pre-compliance:</i> Pós-Kyoto, bilateral

Fonte: CARBON FINANCE, 2012. State and Trends of the Carbon Market. Acesso da 23/08/2018, disponível em: < <http://carbonexpert.ro/wp-content/uploads/Carbon-Market-State-and-Trends-2012-WB.pdf>>.

Continuando no mercado de carbono, a tabela 4 mostra os valores históricos das transações do mercado de *offsets* voluntárias, que não entram no esquema do Protocolo de Kyoto, é o mercado para pequenos projetos que não são certificados pela Organização das Nações Unidas para entrar no cálculo de redução da emissão de carbono, na verdade eles são certificados de acordo com padrões do setor específico, as empresas que adotam este tipo de sistema, o chamado, redução de emissão voluntárias, procuram trazer uma imagem maior de responsabilidade social para a empresa atingindo o status de emissão zero¹. Este mercado de *offsets* voluntárias também eram negociados na Bolsa de Valores de Chicago², que é a bolsa que trata do comércio de emissão de carbono nos Estados Unidos³, o comércio realizado pela bolsa também estão contidos nos valores da tabela e são particularmente grandes entre 2005 e 2010, com destaque para o ano de 2008, onde os valores de *offsets* voluntárias atingiram aproximadamente 300 milhões de dólares, do total de 790 milhões neste ano⁴.

Tabela 4 – Valores Históricos de Transações do mercado de *Offsets* Voluntárias

Ano	Voluntária
Pré-2005	301M
2005	48M
2006	111M
2007	359M
2008	790M
2009	485M

¹ <http://climatecorp.eu/the-co2-market/facts-figures/>

² https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2017/07/doc_5591.pdf

³ <http://www.global-greenhouse-warming.com/Chicago-Climate-Exchange.html>

⁴ https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2017/07/doc_5591.pdf

2010	444M
2011	602M
2012	530M
2013	339M
2014	298M
2015	278M
2016	191M
Total	4.8B

Fonte: ECOSYSTEM MARKETPLACE, 2017. Unlocking Potential: State of the Voluntary Carbon Markets. Acesso dai 23/08/2018, disponível em: <https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2017/07/doc_5591.pdf>.

4. Crise Alimentar

4.1. Introdução

Entre 2007 e 2008, houve um aumento no preço de cereais internacionalmente, como o milho, arroz e o trigo, este aumento gerou uma crise alimentar (HEADEY, 2010). Neste período, a demanda por alimento superou a oferta desses produtos, isto foi causado pelo aumento no poder de compra da população e pelo crescimento da demanda pelos biocombustíveis (HOCHMAN et al, 2014), pelo aumento do preço do petróleo, os baixos estoques de alimentos, as secas, a evolução na dieta nos países da ásia e o aumento pela demanda por biocombustíveis (HEADEY, 2010).

Houve um aumento no preço dos alimentos, dos fertilizantes e do petróleo em setembro de 2008, enquanto a produção de biocombustíveis a parte do milho, açúcar e de outros grãos esteve em destaque, pois as terras estavam sendo convertidas, muitas plantações onde antes se produzia alimentos, agora destinava grãos para a produção de biocombustíveis (LAZO, 2010). O aumento dos custos de produção dos cereais, bem como a falta de equilíbrio entre a oferta e a demanda por alimentos causou um choque nos mercados internacionais de milho, posteriormente, afetando os mercados de trigo e de arroz (HEADEY et al, 2009).

Alguns fatores mais específicos também tiveram um grande impacto no aumento do preço dos alimentos neste período. Alguns dos motivos para o aumento do preço são a especulação nos mercados de futuros e o maior consumo de alimentos em países como a Índia e a China (LAZO, 2010).

Questões econômicas também interferiram historicamente para este aumento nos preços. Isto foi uma das consequências das medidas neoliberais adotadas em alguns países através dos acordos de livre comércio e as privatizações (ROSSET, 2009), pois o regime alimentar atual é o corporativo, que coloca as políticas neoliberais como as grandes incentivadoras do agronegócio, por conta das desregulamentações e da liberalização financeira promovida, bem como o fim de subsídios para pequenos produtores rurais e a liberalização dos investimentos, fatores que tornaram as terras do Sul Global um alvo para os investidores estrangeiros (MCMICHAEL, 2009b), como nos países da América Latina que liberalizaram seu comércio agrícola, eles tiveram muitos prejuízos, como grandes custos ambientais e perda da possibilidade de se criar um plano de desenvolvimento a longo prazo neste setor (ONU, 2011).

A crise alimentar global foi causada pelo aumento do preço dos alimentos se comparado com a renda da população, que não subiu proporcionalmente (DE SCHUTTER, 2009). Esta crise destaca a necessidade de políticas que tragam mais atenção aos estoques de alimentos e criem mecanismos de compensação para a população mais pobre quando os preços dos alimentos aumentarem muito (HOCHMAN et al, 2014), pois esta crise gerou muitos problemas sociais, como a insegurança alimentar nos países mais pobres que dependiam em grande parte do mercado internacional para prover alimentos para a sua população, trazendo a segurança alimentar ao centro da agenda política em muitos países (RAHMATO, 2011).

A combinação da crise alimentar com a crise financeira em 2008, levou ao aumento do preço do preço dos alimentos e a redução da renda das famílias, o que acabou deixando muitas pessoas subnutridas pelo mundo, gerando grandes problemas sociais e políticos nesses países (ONU, 2011). A desnutrição causa um grande impacto principalmente nas crianças e nas mulheres, que normalmente são as primeiras deixadas de lado em relação a alimentação nas famílias diante de problemas financeiros, dessa maneira, em momentos de crise, é importante que seja dada atenção para os problemas de alimentação (DE SCHUTTER, 2009).

4.2. Os Alimentos e a Influência dos Biocombustíveis na Crise

Diversos fatores ajudam a explicar o que favoreceu e incentivou o atual fenômeno de aquisição em larga escala de terras estrangeiras. Entre os principais motivadores estão a a crise alimentar mundial em 2008 e o boom dos biocombustíveis, que visavam alcançar a segurança alimentar e energética a partir de um aumento na produtividade dessas terras (SMALLER; MANN, 2009). Com o aumento no preço do petróleo entre 2007 e 2008 houve um aumento no preço das commodities agrícolas e trouxe uma maior necessidade em se buscar fontes alternativas de energia, dessa forma aumentando a demanda por biocombustíveis, que conseqüentemente aumenta a procura por alimentos (ONU, 2011).

Esta crise também incentivou este processo por conta da baixa oferta de alimentos no mercado internacional e com o aumento no preço das commodities. (RAHMATO, 2011). As aquisições ocorreram com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos para a crescente demanda nos países emergentes e para que os países desenvolvidos aceitem melhor os biocombustíveis como uma fonte alternativa de combustível (ROBERTSON, 2010). Dentro deste processo de aquisição, os investidores tendem a alterar o uso da terra, retirando as culturas alimentares e substituindo por culturas comerciais, como por exemplo,

grãos voltados para a produção de biocombustíveis, podendo reduzir a oferta de alimentos no país que recebeu este investimento, por este motivo, é importante procurar formas alternativas de como podem ocorrer estes investimentos em terras de modo menos agressivo (DE SCHUTTER, 2011).

Um dos catalisadores da aquisição em larga escala de terras estrangeiras foi a crise alimentar internacional que levou a uma baixa oferta de alimentos no mercado internacional e ao aumento no preço das commodities (RAHMATO, 2011), estes acontecimentos também foram motivados pelo crescimento populacional nos países emergentes e o conseqüente aumento na demanda por alimentos (ROBERTSON, 2010).

Devido a crise alimentar em 2007 e 2008, os investidores se deram conta de que em nome da segurança alimentar, era mais seguro investir na compra de terras para agricultura e aumentar a produção agrícola diretamente, do que depender dos mercados agrícolas, que haviam se mostrado pouco confiáveis devido as crises neste período (DE SCHUTTER, 2011). Devido a crise financeira, os investidores migraram para o mercado de alimentos e mineral, buscando uma maior segurança para seus investimentos (ONU, 2011). A aquisição em larga escala de terras estrangeiras tem sido motivada pela necessidade dos países mais ricos em melhorar seu abastecimento alimentar, as terras negociadas podem ser em nações onde o direito a terra nem sempre é dado a população rural que depende delas para a sua subsistência (ROBERTSON, 2010).

Entretanto, este aumento da produção na agricultura precisa ser feito de maneira que se preocupe em ser sustentável e que não atue como catalisador para o aumento da desigualdade entre os produtores agrícolas (DE SCHUTTER, 2009). Os investimentos em aquisição de terras para agricultura podem dessa maneira garantir a segurança alimentar nos países que adquirem esta terra (ROBERTSON, 2010), pois o maior cuidado com a preservação da área cultivada, pode levar ao aproveitamento dessas terras por um maior tempo.

Os biocombustíveis são um fator importante dentro do contexto da crise alimentar (ROSSET, 2009), pois devido a incerteza dos preços nos mercados agrícola incentivou a produção agrícola voltada para os biocombustíveis, dando uma opção para os investidores diante do alto preço do petróleo, fator que também aumentou o preço dos alimentos (DE SCHUTTER, 2014). Para evitar que o preço dos alimentos volte a aumentar, uma das soluções seria aumentar a oferta de produtos agrícolas, que pode ser feita através de um maior investimento em pesquisa, infraestrutura para manutenção de abastecimento dos alimentos e a maior utilização de tecnologia na agricultura (HOCHMAN et al, 2014).

4.3. A Segurança Alimentar

Em muitos países, durante a crise, os governos tomaram iniciativas visando garantir o acesso de sua população aos alimentos, como redução nas tarifas de importação, bem como restrições nas exportações de alimentos (DE SCHUTTER, 2009), isto era feito com o objetivo de proteger a segurança alimentar da população local (ROBERTSON, 2010). A soberania alimentar pode ser uma resposta para a crise alimentar, trazendo de volta as regulamentações nos mercados alimentares que foram derrubadas em nome do neoliberalismo, protegendo os produtos nacionais e as reservas de grãos (ROSSET, 2009).

O regime alimentar marca um período histórico que liga as hegemonias econômicas no mundo a produção e circulação dos alimentos em escala global, este regime procura compreender a estrutura capitalista no modo como ocorrem as relações na agricultura e no espaço, relacionadas as forças laborais e a acumulação (MCMICHAEL, 2009b). Com estes ideais, muitos governos reduziram os subsídios agrícolas para os pequenos agricultores e a maior produção agrícola obtida com os investimentos estrangeiros é em grande parte destinada para exportação, não garantindo a segurança alimentar e incentivando o cultivo de culturas eu possuem um preço mais caro para o comércio, do que culturas mais baratas que seriam mais acessíveis para a população local (ONU, 2011).

A retirada dos pequenos produtores das terras para a entrada dos grandes produtores trouxe prejuízos para a subsistência da população local (MCMICHAEL, 2009b). Por conta do aumento do preço dos alimentos, muitas famílias passaram a gastar grande parte de sua renda nestes produtos, o que pode levar essas pessoas a vender seus ativos produtivos, o que torna a saída da pobreza menos provável para essas pessoas (DE SCHUTTER, 2009), um exemplo é a expulsão de indígenas agricultores de suas terras para a entrada de grandes produtores estrangeiros que é um problema para a segurança alimentar nos países que recebem estes investimentos (ROBERTSON, 2010).

A crise alimentar causou um aumento da fome e de distúrbios alimentares (ROSSET, 2009). A crescente de distúrbios alimentares pelo mundo, causada pelo aumento no preço dos alimentos, trouxe atenção para esta questão devido a necessidade de se entender melhor o regime alimentar para entender as dimensões da crise alimentar (MCMICHAEL, 2009a).

A segurança alimentar daqueles que não produzem seu próprio alimento está relacionada a disponibilidade deles e a possibilidade das pessoas de adquirirem estes produtos, depende de sua remuneração e do preço, portanto, estes fatores não estão intrinsicamente ligados ao local de onde vem estes alimentos (COHEN. GARRET, 2010), dessa maneira, a aquisição em larga escala de terras estrangeiras nos países em desenvolvimento onde há terra de baixo custo, é a segurança alimentar do país pretende adquirir (ROBERTSON, 2010). Uma das tentativas de solucionar os problemas de segurança alimentar, existe a soberania alimentar, onde os países protegeriam seus mercados para garantir a alimentação internamente (ROSSET, 2009).

4.4. Aquisições e a Crise Alimentar

Em 2008, os preços mundiais dos alimentos subiram 83% desde 2005, este fator provocou uma crise alimentar em muitos lugares do mundo, ao mesmo tempo em que ocorriam as outras crises causadas pelo aumento do preço da energia e a queda dos preços no mercado imobiliário dos Estados Unidos (COLLIER, 2008). Para se ter uma ideia, já no terceiro trimestre de 2006 o preço do milho subiu em 70%, também subiram de preço alimentos como o trigo, que aumentou 24% em um ano em 2010 no Paquistão e a soja (ONU, 2011). Segundo Headey (2010), de 2003 até 2008, os preços internacionais do milho duplicaram, entre as justificativas para este fenômeno podem estar o aumento da demanda por biocombustíveis e redução da renda.

Um termo da crise também pode ser entendido como a chegada de aproximadamente 1 bilhão de novos consumidores dos “países de renda média”, que atingiram um novo patamar de gastos, este processo ajuda a intensificar a demanda por alimentos (MYERS; KENT, 2003 apud MCMICHAEL, 2009b). E a situação ainda pode piorar, pois estima-se que o preço dos cereais deve aumentar em 35% até 2030, o que significa colocar mais 126 milhões de pessoas em situação de fome (FISCHER, 2011 apud DE SCHUTTER, 2014).

Segundo o *Food Prices Index* da Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura (FAO), o preço dos alimentos teve um grande aumento em 2008, o índice passa de 127,2 em 2006, para 161,4 em 2007 e 201,4 no ano seguinte, voltando a crescer apenas em 2011, com 229,9 e vem caindo desde então, um aumento que vale a pena ser destacado é nos preços de cereais e no de óleos vegetais, que em 2006 eram respectivamente 118,9 e 112,7 e passaram em 2008 para 232,1 e 227,1, como pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5 – Índice anual de preço de alimentos 2002-2013
(2002-2004=100)

	<i>Food Price Index</i>	Carne	Lactícínios	Cerais	Óleos Vegetais	Açúcar
2002	89,6	89,9	80,9	93,7	87,4	97,8
2003	97,7	95,9	95,6	99,2	100,6	100,6
2004	112,7	114,2	123,5	107,1	111,9	101,7
2005	118,0	123,7	135,2	101,3	102,7	140,3
2006	127,2	120,9	129,7	118,9	112,7	209,6
2007	161,4	130,8	219,1	163,4	172,0	143,0
2008	201,4	160,7	223,1	232,1	227,1	181,6
2009	160,3	141,3	148,6	170,2	152,8	257,3
2010	188,0	158,3	206,6	179,2	197,4	302,0
2011	229,9	183,3	229,5	240,9	254,5	368,9
2012	213,3	182,0	193,6	236,1	223,9	305,7
2013	209,8	184,1	242,7	219,3	193,0	251,0

Fonte: Food Index Prices. Acesso dia 23/08/2018, disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>.

A segurança alimentar depende da disponibilidade do alimento, junto a possibilidade de acesso a ele (COHEN; GARRET, 2010). Por conta da crise alimentar em 2007 e 2008, os investidores perceberam que para alcançarem segurança alimentar, deveriam investir na compra de terras para agricultura e aumentar a produção agrícola, adquirir terras era mais seguro diante dos altos preços no mercado de alimentos (DE SCHUTTER, 2011).

5. Crise Energética

5.1. Introdução

A última das quatro crises analisadas que influenciaram no processo de aquisição de terras em larga escala pelo mundo é a crise energética, ela tem a sua origem na dependência dos combustíveis fósseis na agricultura segundo (MCMICHAEL, 2009) e em meio a este processo, o capital com sua necessidade de busca novas formas de obter lucro, se voltam para a exploração partir dos recursos naturais, por exemplo, através dos biocombustíveis (MCMICHAEL, 2007), considerados uma alternativa, os biocombustíveis eram vistos como uma solução para diminuir a dependência em relação aos combustíveis fósseis e ainda trazer benefícios ambientais, como reduzir a emissão de gases do efeito estufa (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015), pois a matéria prima utilizada para a produção de biocombustíveis é renovável e é obtida a partir de fontes naturais. Este combustível tem a capacidade de substituir os combustíveis fósseis e aumentar a oferta de combustíveis como um todo o mundo (CAMÚS; LABORDA, 2006 apud ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009). E todo este processo teve um papel fundamental no movimento de aquisição de terras estrangeiras em larga escala.

Por definição, os biocombustíveis são combustíveis líquidos desenvolvidos a partir de recursos de biomassa, sejam cultivados ou recursos das florestas (MURPHY; WOODS; BLACK; MCMANUS, 2010). Esta é uma das características que difere a maneira como ocorre a produção dos biocombustíveis e os combustíveis fósseis, o uso da terra, pois os biocombustíveis necessitam dela para a produção de culturas como por exemplo, a cana de açúcar e o milho, para que sejam produzidos o etanol e o biodiesel (RATHMANN; SZKLO; SCHAEFFER, 2009).

Nos anos 2000 aconteceu um considerável aumento nos processos de aquisição de terra em larga escala, principalmente no Sul Global (AHA; AYITEY, 2017). O processo de aquisição de terras, como é dito em McMichael (2012) se dá pelo maior custo de terras no Norte Global, o que os faz busca-las a menores custos nos países do Sul. Isto pode ser exemplificado no custo da terra arável na Europa nos Estados Unidos, que cresceu respectivamente 28% e 13% em 2007 e mais de 10% em 2008 (BERTHELOT 2009 apud MCMICHAEL, 2012) e as motivações dos países em demandar a produção de biocombustíveis, podem variar bastante em cada caso, os motivos podem ser de segurança

energética, políticas econômicas, preocupações ambientais, tecnologia para o setor de automóveis, entre outras (MURPHY; WOODS; BLACK; MCMANUS, 2010).

O processo de expansão da produção de biocombustíveis, pode ser justificado de duas maneiras como é exposto por Borrás JR, McMichael e Scoones (2010), pelo aumento do preço do petróleo e pela busca pela segurança energética, o que pode ser entendido através dos maiores custos de produção e transporte pelo aumento de gastos com o petróleo. Dessa maneira, a crise energética teve como resposta o aumento nos investimentos para a produção dos biocombustíveis, onde os recursos naturais são precificados, terras passam a ter sua produção voltada para biocombustíveis ao invés de alimentos e os impactos sociais e ambientais são deixados de lado em nome do mercado e do preço (MCMICHAEL, 2010). Para que não tenha tantos efeitos negativos, (ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009), aponta que é importante que produção de biocombustíveis em determinado país, leve em conta as particularidades de cada local para avaliar se é possível estabelecer esta mudança de uso da terra, estudando condições como a segurança alimentar da população, os efeitos ambientais e os econômicos para a população local.

5.2. Os Efeitos da Produção de Biocombustíveis

É importante apontar os diversos efeitos que a produção de biocombustíveis gera, pois ao mesmo tempo em que se defende a sua importância na redução da emissão dos gases do efeito estufa, este processo também pode gerar a perda do acesso a terra, a redução da disponibilidade de água e a perda da biodiversidade (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015). Portanto, como apontado, a produção de biocombustíveis ao exigirem largas extensões de terras para cultivo, geram problemas relacionados ao meio ambiente e a disponibilidade de alimentos (ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009), por conta disso, os recentes investimentos na aquisição em larga escala de terras para o cultivo de culturas voltadas para a produção de biocombustíveis podem ser vistos negativamente pelo país que recebe os investimentos (BOAMAH, 2013).

A emissão de CO₂ (dióxido de carbono) por parte dos combustíveis fósseis na atmosfera agrava o aquecimento global, levando a um aumento da temperatura na terra, o que pode levar a inundações, falta de água e até mesmo de alimentos para algumas populações (TESKE; SCHÄFER, 2007 apud ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009), Por conta desses problemas, houve uma

necessidade de resolução a curto prazo para os problemas ambientais, onde os políticos incentivaram a expansão da indústria de biocombustíveis (MCMICHAEL, 2009). Então há um debate quanto os benefícios dos biocombustíveis, como a menor emissão de CO₂ no planeta, a diminuição da dependência em relação ao petróleo e os ganhos econômicos com as exportações deste produto, mas em contrapartida, uma maior produção de biocombustíveis causa diversos danos sobre o solo e a água, além de poder interferir nos preços dos alimentos (TIMILSINA; SHRESTHA, 2010 apud GIOVANNETTI; TICCI, 2015).

Apesar de possuir alguns benefícios, Borrás JR, McMichael e Scoones (2010), apontam que o aumento dos investimentos em biocombustíveis não é capaz de resolver as crises energética e climática e ainda vai trazer problemas sociais e ambientais, devido a ameaça de insegurança alimentar pelo mundo e porque a cadeia de produção do biocombustível, a transformação e a distribuição do produto, chegam a emitir tantos gases do efeito estufa quando os combustíveis fósseis. E além disso, eles reorientam o uso da terra, de produção de alimentos para produzir combustíveis (MCMICHAEL, 2010) o que revela uma contradição daqueles que defendem os benefícios do seu uso.

Este aumento na demanda por biocombustíveis nos países desenvolvidos, causou uma maior procura por terra em outras regiões, como na África Subsaariana, quando este processo ocorre, é necessário que sejam tomadas medidas para satisfazer a demanda por alimentos, como aumentar a produção em terras de outros lugares (BRACOO, 2015), o problema é que nessas regiões o acesso a terra agrícola e as florestas pela população local nas terras comunais é essencial para a agricultura de subsistência (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015). Dessa maneira, é possível notar que a crise energética não é resolvida com os biocombustíveis, pois além de causarem problemas sociais e ecológicos, estima-se que em 2030, do total de consumo de energia, as energias renováveis irão representar somente 9% (GRAIN, 2007 apud MCMICHAEL, 2009).

A crise no regime alimentar pode ser entendida a partir dos biocombustíveis, uma vez que eles mudam a alocação de recursos na agricultura que deveriam ser orientados visando a segurança alimentar (MCMICHAEL, 2010). Diante das crises já citadas, o uso da terra tem sido alterado da produção de alimentos para aumentar a produção de biocombustíveis, (RATHMANN; SZKLO; SCHAEFFER, 2009), este processo é realizado, por exemplo, na Europa, onde a produção de biodiesel no continente utiliza aproximadamente 7% de todo o óleo vegetal produzido no mundo, esta demanda reduz a

terra utilizada para produzir alimentos e conseqüentemente o aumento de terras com produção voltada para os biocombustíveis, bem como o aumento no desmatamento em regiões da Malásia e da Indonésia visando a produção do óleo de palma (MEDINA, 2011). A mudança do uso da terra, acaba prejudicando a população local, pois pode retirar o direito de acesso por terra das comunidades locais (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015),

Como a crise energética teve sua origem na dependência em relação aos combustíveis fósseis na agricultura (MCMICHAEL, 2007), o aumento do preço do petróleo causou a elevação do custo dos fertilizantes e por conseqüência o custo dos alimentos, que é um dos alicerces da crise alimentar, ela está conectada negativamente com os problemas causados pelas especulações financeiras e pelo aquecimento global no que se refere a produção global de alimentos (ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009). Outro ponto de interferência segundo Zilberman, Hochman, Rajagopal, Sexton, Timilsina (2012) é possível que os preços dos biocombustíveis interfiram nos preços dos alimentos caso as duas produções estejam competindo por recursos como água e terra.

5.3. Efeitos da Expansão da Produção de Biocombustíveis

Os efeitos do crescimento da produção de biocombustíveis apresentaram alguns efeitos imediatos nos preços dos alimentos no período de 2007 e 2008, a curto prazo afetou negativamente a segurança alimentar (HLPE, 2013). Entre os principais impactos causado pela expansão da produção de biocombustíveis estão as expulsões das famílias de agricultores das suas terras e o aumento do preço dos alimentos, pois estima-se que 30% da crise alimentar foi causada pelos biocombustíveis (BORRAS; FRANCO, 2010b apud BORRAS JR; MCMICHAEL; SCOONES, 2010).

Como já foi dito, uma das causas para o aumento da demanda pelos biocombustíveis é aumento do preço do petróleo no começo dos anos 2000 o que por sua vez também influenciou no aumento do preço dos alimentos, pois parte das culturas alimentares foram desviadas para a produção de combustíveis, como no caso do milho nos Estados Unidos, onde 35% de toda produção era destinada aos biocombustíveis em 2010 (MEDINA, 2011). Esse desvio da produção ou competição por recursos, também está presente nas culturas de jatropha, que mesmo não sendo um alimento compete por recursos e a cana-de-açúcar, que além de não ser destinada a produção de alimentos, também compete com a produção de alimento ao concorrerem por terra, água e mão de

obra por exemplo (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015),

Um ponto importante é reconhecer o impacto socioeconômico da expansão dos biocombustíveis, em contraponto a defesa do ponto de vista ecológico para a expansão dos biocombustíveis é a questão da produção do óleo de palma gerar dez vezes mais CO₂ por tonelada do que o petróleo, o que deveria ser um tipo de compensação das emissões que acaba levando a uma maior liberação de carbono nas terras (RAINFOREST ACTION NETWORK, 2007 apud MCMICHAEL, 2010). Uma questão social importante é a expansão da produção de combustíveis em regiões como na África Subsaariana, que ocorrem principalmente em áreas rurais pobres e que por conta disso, o grau de envolvimento da população local nesta produção se torna um ponto importante, como a geração de emprego que pode elevar a renda das famílias e permitir uma maior segurança alimentar das mesmas (GASPARATOS; VON MALITZ; JOHNSON; LEE; MATHAI; DE OLIVEIRA; WILLIS, 2015).

A elevação no preço das commodities causado pela expansão dos biocombustíveis pode trazer muitos problemas para a população mais pobre (RAJAGOPAL; SEXTON; ROLAND-HOLST; ZILBERMAN, 2007 apud ZILBERMAN, HOCHMAN, RAJAGOPAL, SEXTON, TIMILSINA 2013). Por conta disso é importante que as populações locais conheçam seus direitos para que não estejam em desvantagem diante das grandes corporações (AHA; AYITEY, 2017), assim como a regulação da produção de biocombustíveis pode ajudar a evitar que o caminho para o desenvolvimento sustentável acabe causando a escassez de alimentos e dessa maneira levando pessoas a passar fome (ESCOBAR; LORA; VENTURINI; YÁÑEZ; CARTILLO; ALMAZAN, 2009).

5.4. A Crise energética e o desvio da produção de alimentos

A aquisição global de terras em larga escala surge como uma resposta as crises (MCMICHAEL, 2012). Após analisar o impacto das crises financeira, ambiental, alimentar energética no processo de aquisição de terras em larga escala, agora serão trazidos alguns exemplos concretos e dados que ajudam a comprovar e a entender melhor estes acontecimentos.

Apesar de a agricultura ser o principal alvo em número de aquisições transnacionais de terras, outros destinos de investimentos também são muito relevantes, como os negócios voltados para silvicultura, que em número de hectares representam

mais da metade dos que em agricultura⁵. Além disso, a um grande número de investimentos sendo voltados para múltiplas intenções, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – Principais Intenções nos Investimentos Transnacionais em Terras concluídos

Destino dos Investimentos	Número de Negócios	Tamanho das Terras em Hectares
Agricultura	1174	23,403,386 ha
Silvicultura	158	14,018,775 ha
Turismo	14	544,936 ha
Indústria	31	35,239 ha
Conservação	4	51,233 ha
Energia Renovável	10	345,270 ha
Outros	9	319,614 ha
Múltiplas Intenções	187	10,470,153 ha

Fonte: Land Matrix. Acesso dia 23/08/2018, disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/dynamics-overview/>>.

O primeiro ponto a ser abordado neste capítulo será o dos propostos da aquisição de terras. Um dos mais importantes é o de adquirir terras para atender a demanda da produção de biocombustíveis, pois entre 2001 e 2011, a produção de biocombustíveis em todo o mundo aumentou aproximadamente cinco vezes, de 20 bilhões de litros ao ano em 2001 para 100 bilhões de litros ao ano em 2011, com grandes saltos a partir de 2006 (HLPE, 2013).

Sendo observado este aumento na produção, vale a pena reiterar que para que a produção de biocombustíveis seja expandida, é necessária a inclusão de novas terras neste processo, este fenômeno ocorre em todo o mundo e pode ser visto na variação na produção de oleaginosas voltadas para a produção de biocombustíveis entre 2005 e 2007, onde houve um aumento aproximado de 360,55% neste período analisado em todo o mundo (RATHMANN; SZKLO; SCHAEFFER, 2009).

Segundo o Land Matrix⁶, que é uma base de dados independente que monitora aquisições de terras em todo o mundo, dos 1617 negócios disponíveis na base de dados, apenas 516, ou seja 31.9% são destinados principalmente para a produção de culturas alimentares, representando 17,759,979 representando 31,5% hectares de um total de 56,403,487 como pode ser visto na Tabela 7.

⁵ <https://landmatrix.org/en/get-the-idea/dynamics-overview/>

⁶ <https://landmatrix.org/en/get-the-idea/dynamics-overview/>

Tabela 7 – Investimentos em terras com foco em agricultura concluídos

Destino dos Investimentos	Número de Negócios	Tamanho das terras em Hectares
Biocombustíveis	190	8,826,270
Culturas alimentares	516	17,759,979
Pecuária	81	1,300,966
Produtos agrícolas não alimentares	138	1,321,379
Não-especificado	188	5,315,774
Múltiplas Intenções	504	21,879,119
Total	1617	56,403,487

Fonte: Land Matrix. Acesso dia 23/08/2018, disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/dynamics-overview/>>.

Estes dados ainda demonstram que os biocombustíveis, pecuária e os produtos agrícolas não alimentares representam respectivamente, 11,7%, 5% e 8,5% do total do número de aquisições de terras, ou seja, aproximadamente 25,2% dos negócios de terras não tem como principal objetivo destinar-se a produção de alimentos.

Da mesma forma, é importante notar que também há uma competição pela produção de uma cultura, como é o caso da soja no Brasil, que em 2008, teve quase 50% da sua produção destinada para o biodiesel, demonstrando o conflito entre a demanda pelos biocombustíveis e a demanda por alimento (RATHMANN; SZKLO; SCHAEFFER, 2009).

5.5. Aquisição por conta dos biocombustíveis

A África subsaariana foi alvo de 41% dos interessados em cultivar culturas para a produção de biocombustíveis em todo o mundo desde 2000 e ainda, três quartos dos investimentos estrangeiros em terras voltadas para a produção de biocombustíveis nesta região são estrangeiras, segundo a Land Matrix⁷ (GIOVANNETTI; TICCI, 2015). Assim como também é mostrada na tabela 4 que apenas 8% das terras adquiridas no continente são destinada ao cultivo exclusivo de culturas alimentares⁸.

No final da década de 2010 haviam 389 aquisições de terras em 80 países e 35% dos projetos tinham a ver com biocombustíveis, enquanto 37% estavam ligados aos alimentos (GRAIN, 2010 apud MCMICHAEL, 2011). Segundo dados do Land Matrix⁹,

⁷ <https://landmatrix.org/>

⁸ <https://landmatrix.org/en/get-the-idea/agricultural-drivers/>

⁹ <https://landmatrix.org/>

na América, Ásia e principalmente na África, é onde ocorrem o maior número de plantações de culturas não alimentares nas terras que sofreram aquisição transnacional, no continente africano, 58% de toda área adquirida transnacionalmente é de culturas não-alimentares e apenas 8% é de culturas alimentares. Um padrão semelhante ocorre nos outros dois continentes, tendo a Ásia apenas 3% dessas terras destinadas a Culturas Alimentares. Já na Europa e na Oceania, a maioria massiva dessas terras são utilizadas para uso múltiplo, o que quer dizer que são destinadas a diversos tipos de culturas, com 89% e 84% respectivamente e de modo geral, a tendência no mundo é que 38% de todas as terras adquiridas a partir de negociações transnacionais sejam dedicadas a culturas não alimentares, 38% também para uso Múltiplo e apenas 9% dedicado aos alimentos, como pode ser visto na tabela 8.

Tabela 8 – Tipos de culturas cultivadas de acordo com destino de uso

Localização	Culturas Alimentares	Culturas não-alimentares	Culturas flexíveis	Várias Culturas	Total em hectares
África	8%	58%	10%	24%	20,854,848 ha
América	21%	20%	22%	37%	6,091,855 ha
Ásia	3%	34%	42%	22%	6,274,777 ha
Europa	7%	4%	0%	89%	5,432,198 ha
Oceania	3%	7%	6%	84%	2,331,473 ha
Mundo	9%	38%	15%	38%	40,985,151 ha

Fonte: Land Matrix. Acesso dia 23/08/2018, disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/agricultural-drivers/>>

As culturas flexíveis segundo Barbanti Junior (2017), são as plantas que possuem vários usos e que permite que uma mesma fábrica, unidade de produção, consiga alterar o que é produzido a partir dela sem precisar de muita tecnologia extra, o coco por exemplo, não é flexível, apesar de seus diversos usos, a indústria de água de coco não é a mesma que produz biodiesel, por exemplo. Produtos flexíveis tem o potencial de atrair mais investimentos pois podem ser adaptadas em diferentes mercados (BORRAS JUNIOR et al, 2016 apud BARBANTI JUNIOR, 2017), na tabela 3 este processo pode ser notado, por exemplo na Ásia, onde as culturas flexíveis apresentam 42% do uso das terras adquiridas para agricultura no continente, sendo maior que as culturas alimentares 3% e não alimentares 34%.

Estima-se que entre 1961 e 2007, a área cultivada no continente africano expandia em média 1,8 milhões de hectares ao ano, porém, só em 2009, expandiu cerca de 39,7 milhões de hectares (AREZKI, DEININGER E SELLOD, 2011 apud HLPE, 2013). Uma

das causas para estes investimentos é a aquisição de terras em larga escala, para se ter uma ideia, dos 10 países que mais recebem investimentos em terras, 5 são africanos, como pode ser visto na tabela 9.

Tabela 9 – Países que mais recebem investimentos em aquisições transnacionais de terras

República Democrática do Congo	5,222,198 ha
Papua Nova Guiné	3,792,653 ha
Indonésia	3,235,335 ha
Brasil	3,048,838 ha
Ucrânia	2,715,954 ha
Sudão do Sul	2,691,453 ha
Moçambique	2,522,780 ha
Rússia	2,431,852 ha
Congo	2,303,379 ha
Libéria	1,883,871 ha

Fonte: Land Matrix. Acesso dia 23/08/2018, disponível em:<<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/web-transnational-deals/>>.

Como pode ser visto na tabela 9, a República Democrática do Congo lidera o ranking de recebimento de aquisições, das 35 negociações registradas pelo Land Matrix no país, 32 são a partir de 2007 e 26 tem como uma das intenções a silvicultura, isto demonstra que a terra adquirida no país não tem em grande parte a intenção de serem utilizadas para o cultivo de alimentos¹⁰.

A partir da análise dos dados do relatório *Rising Global Interest in Farmland* publicado pelo Banco Mundial de 2011, as principais regiões do planeta em relação a disponibilidade de terra é a América Latina e principalmente a África Subsaariana (DEININGER et al. 2011 apud CLEMENTS; FERNANDES, 2013). Isto pode ser notado na Tabela 9, pois cinco dos dez países que mais recebem investimentos transnacionais em terras estão no continente africano, sendo eles a República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Moçambique, Congo e a Líberia, bem como o Brasil também aparece, representando a América Latina.

O principal investidor em aquisições transnacionais de terras é os Estados Unidos (8,233,690 ha), com quase o dobro de terras em hectares adquiridas em relação ao segundo colocado, a Malásia (4,160,325 ha), entre os dez maiores investidores ainda estão mais três asiáticos, Cingapura, China e Índia, além dos Emirados Árabes Unidos e a

¹⁰<https://landmatrix.org/en/get-the-detail/by-target-country/democratic-republic-of-the-congo/>

Arábia Saudita do Oriente Médio. Além dos Estados Unidos, o ocidente também conta com dois Europeus, Reino Unido e Holanda, além do Brasil na América do Sul, como pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10 – Países que mais realizam investimentos em aquisições transnacionais de terras

Estados Unidos	8,233,690 ha
Malásia	4,160,325 ha
Cingapura	3,387,073 ha
China	3,152,212 ha
Brasil	2,417,609 ha
Emirados Árabes Unidos	2,333,797 ha
Reino Unido	2,215,389 ha
Índia	2,107,282 ha
Holanda	1,886,182 ha
Arábia Saudita	1,617,020 ha

Fonte: Land Matrix. Acesso dia 23/08/2018, disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/web-transnational-deals/>>.

O Brasil está presente nos dois rankings das Tabelas 5 e 6, sendo o único país entre os dez que mais investem e que mais recebem aquisições transnacionais de terras. Uma das explicações do Brasil receber tantos investimentos podem ser os investimentos para agricultura de soja no cerrado brasileiro, pois grandes empresas transnacionais de agronegócio tem investido no plantio de soja no Brasil, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul onde algumas empresas, maioria estrangeiras, controlam 80% das exportações brasileiras de grão pra Europa e 60% do mercado brasileiro de soja, é lá onde ficam as plantações e estruturas da *Cargill*, *Archer Daniels Midland (ADM)*, *Bunge*, *Louis Dreyfuss*, e a brasileira Avipal (LIBERTI, 2013).

Um motivo para o Brasil ser um investidor em terras, é que no Brasil, os empresários da soja tem expandido sua produção para outros países da América Latina, como norte da Argentina e no Paraguai, sob a perspectiva que os custos fora do país são menores há décadas, dessa maneira, recentemente os sojicultores brasileiros tem procurado espaço fora do continente, mais especificamente em Moçambique, possibilitando ao Brasil que possui o conhecimento na área do produto, aproveitar da disponibilidade de terras em Moçambique para a expandir a produção (KAAG; ZOOMERS, 2014).

Visando realizar negócios de baixo custo em terras férteis, investidores, até mesmo brasileiros, tem ido na África Subsaariana para expandir a sua agricultura, como

tem ocorrido por exemplo em Moçambique (MEILLO 2011; OAKLAND INSTITUTE 2011 apud CLEMENTS; FERNANDES, 2013). Para se ter uma ideia, em Moçambique o número de empresas brasileiras no país tem crescido desde 2009, com órgãos do governo ligados ao setor agroindustrial, como por exemplo a Petrobrás Biocombustíveis, EMBRAPA, BMG e a SLC Agrícola (CLEMENTS; FERNANDES, 2013).

Considerações Finais

Como foi definido por Borrás e Franco (2012), a aquisição global de terras é o comércio de terras em larga escala que pode ser utilizada para diversas finalidades, como a especulação, o cultivo de alimentos ou matéria-prima para biocombustíveis, estas características do uso da terra, a partir da aquisição, podem ser modificadas abruptamente, uma terra que produzia alimentos, após ser adquirida por uma empresa de biocombustíveis, deve passar a produzir um outro tipo de cultura ou simplesmente desviar o destino da plantação, do mercado de alimentos para o mercado de biocombustíveis. Este processo de modo geral acaba por prejudicar a população que viver próximo ou na terra que foi adquirida, pois isso faz que eles sejam expulsos do seu meio de subsistência, do acesso a terra e a água, podendo levar a perda de renda e da segurança alimentar (SASSEN, 2014) diminuindo a qualidade de vida dessas pessoas.

A crise financeira de 2008 está ligada a aquisição global de terras por ser descrita pelos teóricos como um momento em que os investidores buscaram novas formas de obter lucro no mercado financeiro e encontraram nos mercados de terras e de commodities uma boa oportunidade para especular sobre os seus preços internacionalmente, tais mercados vinham de uma histórica desregulamentação nas últimas décadas, criando um ambiente propício para a especulação financeira. Dessa maneira, a crise financeira pode ser considerada uma das causas da aquisição global de terras estrangeiras, pois forçou os investidores do mercado financeiro a buscarem novas formas e produtos para terem seus preços especulados, lavando-os até os mercados agrícolas, de alimentos e de terras.

A crise ambiental, causada pela necessidade de reduzir a emissão dos gases do efeito estufa e aumentar a preservação ambiental, causou um processo de aquisição de terras em larga escala para estes fins. Entretanto, este processo traz consigo uma série de problemas econômicos, sociais e ambientais, como por exemplo a necessidade de aumentar a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar, a exclusão dos pequenos proprietários aos recursos naturais das reservas e das grandes propriedades que poderiam garantir a subsistência dessas famílias e o desmatamento para a plantação de biocombustíveis.

A crise energética levou ao aumento da demanda por fontes alternativas de energias por conta do aumento do preço do petróleo e daí veio a buscar por terras para expandir as plantações de culturas voltadas para a produção de biocombustíveis que eram de menor

custo nos países em desenvolvimento. Este processo, além de reduzir o número de terras produzindo alimentos no mundo, ainda expulsão os trabalhadores rurais das terras que eram usadas para subsistência e levam essas populações a insegurança alimentar, sob o pretexto de produzir uma energia dita mais limpa.

A crise alimentar, causada pelo aumento do preço dos alimentos em 2007 e 2008, criou uma maior demanda por alimentos no período, isto levou a uma maior busca por terras agricultáveis para expandir a produção de alimentos a baixo custo, gerando a aquisição de terras para este fim, também influenciou neste aumento da demanda por terras a expansão dos biocombustíveis que passaram a utilizar grandes áreas de terras que ficavam indisponíveis para o cultivo de culturas alimentares. Todo este processo em meio a dificuldade de se obter alimentos pelas pessoas de baixa renda, principalmente nos países em desenvolvimento que se tornaram principais alvos de tais investimentos só aumento a insegurança, pois grande parte das plantações de alimentos em terras adquiridas em outros países eram exportados, portanto as pessoas perdiam acesso as terras para plantar seus próprios alimentos e ainda assim, os alimentos produzidos ali não era acessível para eles.

A partir dos dados analisados é possível estabelecer mais algumas conclusões. A Crise energética ao incentivar a aquisição de terras, desvia o uso da terra da produção de alimentos para a produção de culturas para produzir os biocombustíveis, algo semelhante ocorre com as áreas adquiridas para preservação ambiental e redução da emissão de carbono. Os dados do Land Matrix na tabela 7 mostram que em área os investimentos voltados para biocombustíveis correspondem a mais da metade daqueles destinados para culturas alimentares¹¹, da mesma forma, a tabela 8 mostra que as terras adquiridas principalmente no continente africano e asiático são em grande parte destinados ao cultivo de culturas não alimentares e a tabela 8 destaca que esses dois continentes tem os países que são grandes alvos de aquisições de terras, bem como a tabela 10 destaca que os maiores investidores são países desenvolvidos.

As tabelas 2 e 3 trazem exemplos de investimentos em terra por parte do setor financeiro em 2008, interessado em especular ou entrar no mercado de carbono sobre o preço da terra diante do cenário de alta do preço dos alimentos que estava em alta em 2007 e 2008 como mostra a tabela 6 e a grande demanda por terra para a produção de biocombustíveis, de alimentos e de reservas de conservação ambiental. A partir de todas

¹¹ <https://landmatrix.org/en/get-the-idea/dynamics-overview/>

estas considerações é possível estabelecer diversas maneiras que a crise alimentar, financeira, energética e ambiental incentivou o processo de aquisição global de terras e também como as aquisições prejudicam as populações locais dos países que recebem os investimentos, como insegurança alimentar e possível perda de renda.

As análises obtidas neste trabalho podem ser de grande valia para uma pesquisa futura, pois os dados trazidos ajudam a compreender o fenômeno da aquisição de terras e os seus impactos, bem como o entendimento da origem das crises ajudam a entender as consequências negativas deste processo. A aquisição global de terras ainda é um acontecimento contemporâneo e por isso há muito o que ser discutido ainda e ter ido ao seu ponto de aceleração que foram as quatro crises que ocorreram entre 2007-2008 servem como ponto de partida para uma das questões mais importantes do tema que são os impactos sociais das aquisições, entender como elas afetam os cidadãos dos países receptores desses investimentos.

Referências

ADBIB, Readeat. Large Scale Foreign Land Acquisitions: Neoliberal Opportunities or Neocolonial Challenges?. 2012.

AHA, Bismark; AYITEY, Jonathan Z. Biofuels and the hazards of land grabbing: Tenure (in) security and indigenous farmers' investment decisions in Ghana. **Land Use Policy**, v. 60, p. 48-59, 2017.

BARBANTI JUNIOR, Olympio. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 2, p. 132-154, 2018.

BOAMAH, Festus. Imageries of the contested concepts “land grabbing” and “land transactions”: Implications for biofuels investments in Ghana. **Geoforum**, v. 54, p. 324-334, 2014.

BORRAS JR, Saturnino M.; MCMICHAEL, Philip; SCOONES, Ian. The politics of biofuels, land and agrarian change: editors' introduction. **The Journal of peasant studies**, v. 37, n. 4, p. 575-592, 2010.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of agrarian change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012.

BORRAS, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. Competing political tendencies in global governance of land grabbing. **Transnational Institute, Amsterdam**, p. 10, 2012.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; WANG, Chunyu. The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views and strategies. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 161-179, 2013.

BRACCO, Stefania. Effectiveness of EU biofuels sustainability criteria in the context of land acquisitions in Africa. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 50, p. 130-143, 2015.

CARBON FINANCE, 2012. State and Trends of the Carbon Market. Acesso dai 23/08/2018, disponível em: < <http://carbonexpert.ro/wp-content/uploads/Carbon-Market-State-and-Trends-2012-WB.pdf>>.

CASTELLANELLI, Carlo Alessandro. A CRITIQUE OF THE PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE AGRICULTURAL INVESTMENT. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.

CLAPP, Jennifer. Responsibility to the rescue? Governing private financial investment in global agriculture. **Agriculture and human values**, v. 34, n. 1, p. 223-235, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013.

COHEN, Marc J.; GARRETT, James L. The food price crisis and urban food (in) security. **Environment and Urbanization**, v. 22, n. 2, p. 467-482, 2010.

COLLIER, Paul. The politics of hunger: How illusion and greed fan the food crisis. **Foreign Affairs**, p. 67-79, 2008.

COSTANTINO, Agostina. Land grabbing in Latin America: another natural resource curse? **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 3, n. 1, p. 17-43, 2014.

CROTTY, James. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the 'new financial architecture'. **Cambridge journal of economics**, v. 33, n. 4, p. 563-580, 2009.

DAVIS, Kyle Frankel; RULLI, Maria Cristina; D'ODORICO, Paolo. The global land rush and climate change. **Earth's Future**, v. 3, n. 8, p. 298-311, 2015.

DE SCHUTTER, Olivier. Crisis into opportunity: reinforcing multilateralism. **Summary of the Report of the Special Rapporteur on the right to food, presented at the 12th session of the Human Rights Council**, 2009.

DE SCHUTTER, Olivier. How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 249-279, 2011.

DE SCHUTTER, Olivier. The green rush: The global race for farmland and the rights of land users. **Harv. Int'l LJ**, v. 52, p. 503, 2011.

DE SCHUTTER, Olivier. UN Special Rapporteur on the right to food. **Report on agroecology and the right to food**, 2014.

DUCASTEL, Antoine; ANSEEUW, Ward. Agriculture as an asset class: reshaping the South African farming sector. **Agriculture and human values**, v. 34, n. 1, p. 199-209, 2017.

ESCOBAR, José C. et al. Biofuels: environment, technology and food security. **Renewable and sustainable energy reviews**, v. 13, n. 6-7, p. 1275-1287, 2009.

FAO. Food Outlook. Global Market Analysis, Novembro de 2008. Acesso dia 25/08/2018, disponível em, <<http://www.fao.org/docrep/011/ai474e/ai474e14.htm>>.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature?. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FARGIONE, Joseph et al. Land clearing and the biofuel carbon debt. **Science**, v. 319, n. 5867, p. 1235-1238, 2008.

GASPARATOS, A. et al. Biofuels in sub-Saharan Africa: drivers, impacts and priority policy areas. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 45, p. 879-901, 2015.

GIOVANNETTI, Giorgia; TICCI, Elisa. Determinants of biofuel-oriented land acquisitions in Sub-Saharan Africa. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 54, p. 678-687, 2016.

GOHIN, Alexandre et al. **Understanding the revised land use changes and greenhouse gas emissions induced by biofuels**. INRA UMR SMART, 2015.

GOLD STANDARD. ANNUAL REPORT 2017. Acesso em 23/08/2018, disponível em:<

https://www.goldstandard.org/sites/default/files/documents/gold_standard_annualreport_2017.pdf>.

GRAIN. Land Grabbing For Biofuels Must Stop: EU biofuel policies are displacing communities and starving the planet. 2013.

GRAIN. SEIZED! The 2008 land grab for food and financial security. 2008.

GRANT, Evadné; DAS, Onita. Land grabbing, sustainable development and human rights. **Transnational Environmental Law**, v. 4, n. 2, p. 289-317, 2015.

HALLAM, David. International investment in developing country agriculture—issues and challenges. **Food Security**, v. 3, n. 1, p. 91-98, 2011.

HEADEY, Derek; MALAIYANDI, Sangeetha; FAN, Shenggen. Navigating the perfect storm: reflections on the food, energy, and financial crises. **Agricultural Economics**, v. 41, p. 217-228, 2010.

HARVEY, Mark; PILGRIM, Sarah. The new competition for land: Food, energy, and climate change. **Food Policy**, v. 36, p. S40-S51, 2011.

HEADEY, Derek. Rethinking the global food crisis: The role of trade shocks. **Food Policy**, v. 36, n. 2, p. 136-146, 2011.

HLPE. Biofuels and food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2013.

HLPE. Food security and climate change. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition, Rome, 2012.

HOCHMAN, Gal et al. Quantifying the causes of the global food commodity price crisis. **Biomass and Bioenergy**, v. 68, p. 106-114, 2014.

HUANG, Hsin; VON LAMPE, Martin; VAN TONGEREN, Frank. Climate change and trade in agriculture. **Food Policy**, v. 36, p. S9-S13, 2011.

ILC. Tirana Declaration: Securing land access for the poor in times of intensified natural resources competition. **Tirana, Albania**, v. 26, 2011.

ISAKSON, Ryan. Financialization and the transformation of agro-food supply chains: A political economy. In: **International Conference, Yale University, September**. 2013. p. 14-15.

KELLY, Alice B. Conservation practice as primitive accumulation. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 683-701, 2011.

KAAG, Mayke; ZOOMERS, Annelies. The global land grab: beyond the hype. 2014.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânico e crises**. Editora Saraiva, 2017.

LAND MATRIX. Acesso dia 31/08/2018, disponível em:< <https://landmatrix.org/en/>>.

LAZO, Manuel Lajo. Agriculture and Energy Subsidy in US and Europe and the World Food Crisis: A Latin American Perspective. **Social Change**, v. 40, n. 3, p. 345-370, 2010.

LIBERTI, Stefano. **Land grabbing: Journeys in the new colonialism**. Verso Books, 2013.

MCMICHAEL, Philip. Agrofuels in the food regime. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 609-629, 2010.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 281, 2009.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MCMICHAEL, Philip. Interpreting the land grab. Land Deal Politics. 2011. Acesso dia 25/08/2018, disponível em: <Initiative/Transnational Institute. <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/landgrab%20and%20food>>.

MCMICHAEL, Philip. Feeding the world: agriculture, development and ecology. **Socialist register**, v. 43, n. 43, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions**. Fernwood Publishing, 2013.

MCMICHAEL, Phillip. 2013. "Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations". *Globalizations*, 10(1): 47-64.

MCMICHAEL, Philip. The agrofuels project at large. **Critical Sociology**, v. 35, n. 6, p. 825-839, 2009.

MCMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

MEYFROIDT, Patrick et al. Globalization of land use: distant drivers of land change and geographic displacement of land use. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 5, n. 5, p. 438-444, 2013.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. Imperialism and primitive accumulation: Notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

MURPHY, Richard et al. Global developments in the competition for land from biofuels. **Food Policy**, v. 36, p. S52-S61, 2011.

NAIBEI, Peter. FOREIGN LARGE SCALE LAND ACQUISITIONS FOR INVESTMENT IN AFRICA: DRIVERS AND IMPLICATIONS. 2017, acesso dia 25/08/2018, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317718737_FOREIGN_LARGE_SCALE_LAND_ACQUISITIONS_FOR_INVESTMENT_IN_AFRICA_DRIVERS_AND_IMPLICATIONS>.

NHANTUMBO, Isilda. REDD+ in Mozambique: new opportunity for land grabbers?. 2011. Acesso Em 23/08/2018, disponível em:<https://www.iied.org/redd-mozambique-new-opportunity-for-land-grabbers>.

OECD. Trade And Agriculture Directorate Committee For Agriculture. Private financial sector investment in farmland and agricultural, 2010.

ONU. The Global Social Crisis. Report on the World Social Situation. 2011.

PATEL, Raj; MCMICHAEL, Philip. A political economy of the food riot. p. 9-35, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A " reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, p. 587-612, 2011.

PRIETO, Teixeira; FRANCISCO, Gustavo. A ALIANÇA ENTRE TERRA E CAPITAL NA DITADURA BRASILEIRA. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 16, n. 1, 2017.

RAHMATO, Dessalegn. **Land to investors: Large-scale land transfers in Ethiopia**. African Books Collective, 2011.

RATHMANN, Régis; SZKLO, Alexandre; SCHAEFFER, Roberto. Land use competition for production of food and liquid biofuels: An analysis of the arguments in the current debate. **Renewable Energy**, v. 35, n. 1, p. 14-22, 2010.

ROBERTSON, Beth; PINSTRUP-ANDERSEN, Per. Global land acquisition: neo-colonialism or development opportunity?. **Food Security**, v. 2, n. 3, p. 271-283, 2010.

ROSSET, Peter. Agrofuels, food sovereignty, and the contemporary food crisis. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 29, n. 3, p. 189-193, 2009.

ROSSET, Peter. Food sovereignty and alternative paradigms to confront land grabbing and the food and climate crises. **Development**, v. 54, n. 1, p. 21-30, 2011.

RUDEL, Thomas K.; MEYFROIDT, Patrick. Organizing anarchy: The food security–biodiversity–climate crisis and the genesis of rural land use planning in the developing world. **Land Use Policy**, v. 36, p. 239-247, 2014.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: Brutality and complexity in the global economy**. Harvard University Press, 2014.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, p. 72-88, 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SIPPEL, Sarah Ruth; LARDER, Nicolette; LAWRENCE, Geoffrey. Grounding the financialization of farmland: perspectives on financial actors as new land owners in rural Australia. **Agriculture and human values**, v. 34, n. 2, p. 251-265, 2017.

SEO, Kihwan; RODRIGUEZ, Natalia. Land grab, food security and climate change: a vicious circle in the Global South. In: **Human and Social Dimensions of Climate Change**. InTech, 2012.

SHALA, Albulena; LIVOREKA, Besnik; BERISHA, Vlora; MEROVCI, Safet. The Current Global Financial Crisis 2008-2012. *Acta Oeconomica*. Vol 9, n°6. 2013.

SMALLER, Carin; MANN, Howard Lawrence. **A thirst for distant lands: Foreign investment in agricultural land and water**. International Institute for Sustainable Development= Institut international du développement durable, 2009.

WHITE, Ben et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. In: **The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals**. Routledge, 2012. p. 13-42.

ZILBERMAN, David et al. The impact of biofuels on commodity food prices: Assessment of findings. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 95, n. 2, p. 275-281, 2012.